



- palmares.pe.gov.br
- © prefeiturapalmares



□ cultura@palmares.pe.gov.br



A máquina quente do sucesso.

#### PROPOSTA DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA

#### Composição de Custos

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMARES / PE

#### SECRETARIA DE CULTURA

A Empresa: BRASAS DO FORRÓ COMERCIO E LOCAÇÃO DE MATERIAL LTDA sob o CNPJ de Nº, 03.657.268/0001-99, vem apresentar a proposta do Show da Banda Brasas do Forró, no município de Palmares PE, com duração de 01:30 hrs, de apresentação no valor de R\$150.000,00 (Cento e Cinquenta mil reais), Conforme Planilha de Custo abaixo.

Proposta Válida até 60 dias a partir da data da assinatura.

Quant.	Unid.	Horário	Descrição do Serviço	Percentual	Valor Total
01	Apresentação	22:00h	Ref. A Apresentação artística da Banda Brasas Do Forró na data 14 de Setembro de 2025 na cidade de Palmares / PE		
			Diária de Alimentação	5%	7.500,00
			Rateio de translado	15%	22.500,00
			Hospedagem	5%	R\$:7.500,00
			Mão de obras terceirizadas	10%	R\$: 15.000,00
			Impostos	20%	R\$: 30.000,00
Cache Liquido				R\$:67.500,00	
Valor total da apresentação				R\$:150.000,00	

Maracanau - CE - 26 de Agosto de 2025.

**Atenciosamente** 

FRANCISCO IVANILSON TAVARES MOREIRA CPF: 022.785.363-62 BANDA BRASAS DO FORRÓ

@ (85) 3498.7795 @ 99676.0035 | 99944.0124











- palmares.pe.gov.br
- o prefeiturapalmares



□ cultura@palmares.pe.gov.br

### Instituto Nacional da Propriedade Industrial Ministério da Economia

#### Consulta à Base de Dados do INPI

[ Início | Ajuda? ]

» Consultar por: No.Processo | Marca | Titular | Cód. Figura ]

Marca

Nº do Processo: 910358133 Marca: BRASAS DO FORRÓ

Situação: Registro de marca em vigor

Apresentação: Mista

Natureza: De Serviço



### Classe Nice

Código		Especificação		
NCL(10) 41		Aluguel de cenários para shows; Aluguel de equipamento de áu		
Classe Nice - Revisão: (10	×	Especificação	×	
Educação, provimento de treinamento; entretenimento; atividades desportivas e culturais.		Aluguel de cenários para shows; Aluguel de equipamento de áudio; Aluguel de equipamentos para iluminação de teatro ou estúdios de televisão; Apresentação de espetáculos ao vivo; Divertimento; G musical; Aluguel de cenários para palco; Aluguel de equipamentos para gravação de som;	rupo	

Classificação Internacional de Viena- CFE(4)

Código	Descrição
27.5.1	Letras apresentando um grafismo especial

Representantes

	None
Titular(1):	BANDA MUSICAL BRASAS DO FORRÓ LTDA - ME
Procurador:	Isabel Solange F. de Castro

Dalas		
Data de Depósito	Data de Concessão	Data de Vigência
02/12/2015	30/01/2018	30/01/2028

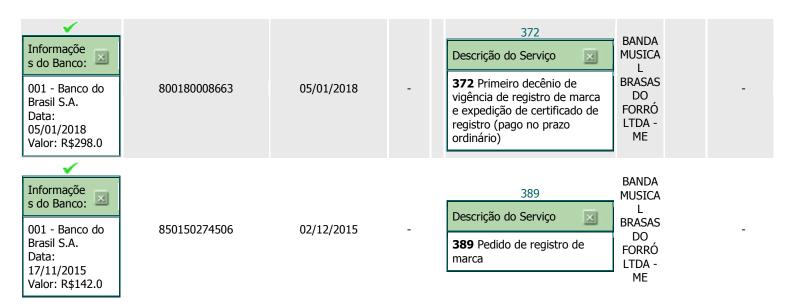
~	Drozoo
	Prazos

	Prazo Ordinário	Prazo Extraordinário
<u>Início</u>	<u>31/01/2027</u>	<mark>31/01/2028</mark>
Fim	30/01/2028	30/07/2028

~	Petições 🔃	
		ī

Leia-ilie	
Só serão identificados nesta consulta os documentos (petições) apresentados por meio do sistema de Guia de Recolhimento da União - GRU - em vigor desde 2006. Documentos anteriores a esta data podem não estar relacionados.	

Pgo Protocolo Data Img Serviço Cliente Deliver	Data
--	------



Publicações ?

Leia-me 🗵

PRAZOS: O direito de praticar qualquer ato perante o INPI se extingue ao final do prazo estabelecido pela LPI para realização do mesmo, a não ser que o interessado comprove que o não realizou por justa causa. Reputa-se justa causa o evento imprevisto, alheio à vontade da parte, e que a impediu de praticar o ato. Os prazos previstos na LPI em relação às patentes são contados em dias, meses e anos. Os prazos expressos em dias contam-se de modo contínuo; os expressos em meses devem ser contados de data a data, ou seja, expiram no dia de número igual ao do dia do início da contagem, ou no dia imediatamente subseqüente, caso falte esta correspondência. No cômputo dos prazos, exclui-se o dia do começo e inclui-se o do vencimento. Se este cair em dia sem expediente, o prazo será prorrogado até o primeiro dia útil após o vencimento. Os prazos somente começam a correr a partir do primeiro dia útil após a intimação, que será feita mediante publicação na RPI, ressalvados: - os que expressamente independerem de notificação ou publicação por força do disposto na LPI; - as decisões administrativas, quando feita notificação por via postal ou por ciência dada ao interessado no processo; e - os pareceres e despachos internos que não necessitem ser do conhecimento das partes (art. 226 da LPI). Não havendo expressa estipulação na LPI, o prazo para a prática de um ato será de 60 (sessenta) dias

RPI	Data RPI	Despacho	Img	Complemento do Despacho
2456	30/01/2018	Concessão de registro	-	
2447	28/11/2017	Deferimento do pedido	-	
2346	22/12/2015	Publicação de pedido de registro para oposição (exame formal concluído)	-	

Dados atualizados até 25/06/2019 - Nº da Revista: 2529





- palmares.pe.gov.br
- o prefeiturapalmares



□ cultura@palmares.pe.gov.br



#### ATT. PROGRAMA E FESTA

### BANDA BRASAS DO FORRÓ!

Banda Brasas do Forró tem 30 Anos de Sucesso

- São 24 Cds Gravados,
- 05 dvd's
- 03 discos de Ouro
- 02 Programas Nacionais (Raul Gil 2003 / 2015)

Há Banda Brasas do Forró em 30 Anos de Trabalho, e Sucesso esteve em todos estes estados entre eles:

- São Paulo , Rio de janeiro , Brasília , Amazônia (Manaus) , Roraima, Pará , Maranhão , Piauí , Rio grande do Norte ,
- Paraíba , Pernambuco , Alagoas , Sergipe , Bahia , Ceará;

A Banda Brasas do forró tem 20 Componentes Entre. Eles Estão Músicos . Produção . Técnicos ;

Esta é a Banda Brasas do forró a Máquina quente do Sucesso e a marca registrada é : <u>Puxa o Fole</u> Didi!!

Fone:(85) 99676.0035/99944.01.24





- 🍃 palmares.pe.gov.br
- o prefeiturapalmares



□ cultura@palmares.pe.gov.br



A máquina quente do sucesso.

RECISTRADO

4 9 2/5 8 4

CARLÓRIO ALBUQUERQUE 19RTD

MARACANAÚ-CE

CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Direitos que entre si celebram a Brasas do Forró Comércio e Locação de Material Ltda e do outro lado a Brasas Do Forró.

Pelo presente instrumento particular de cessão de direitos e obrigações de um lado a Brasas do Forró Comércio e Locação de Material Ltda - ME inscrita no CNPJ: 03657268/0001-99., representado neste ato pelo SR: Francisco Ivanilson Tavares Moreira, portador do CPF sob o número 022.785.363-62 e RG nº 2004002091368 SSP/CE e residente á Av. Padre José Holanda do Vale, 600 Quadra 22 lote 02 - Luzardo Viana, Maracanau/CE, doravante chamado simplesmente de CEDENTE, e do outro lado a Brasas do Forró, de agora em diante chamada simplesmente de CESSIONÁRIA, ambas pelo representantes legais neste ato, tem entre si, justo e contratados o que se segue:

Cláusula Primeira - Pelo Cedente foi dito são músicos e detentores da exclusividade de representação contratual da Banda Brasas do Forró;

Cláusula Segunda - O Cedente transfere para a Cessionária o direito de representante exclusivo, da Banda Musical Brasas do Forró Ltda para apresentação artística da banda em show ou evento em Todo Territorio nacional e Internacional. No período de 36 meses a contar pela data deste contrato.

Cláusula Terceira - O empresário poderá firmar contrato em nome de seu representado em caráter exclusivo, para a realização de apresentações artísticas, em show ou eventos, ajustada em nome do representado, no valor do cachê, número de apresentações, local e horário.

Parágrafo Único. Fica estipulado, para fins de contratação dos serviços artísticos, o percentual de representação de 90% ao representado e de 10% ao representante.

Cláusula Quarta- Este ajuste obriga as partes contratantes sem herdeiros e sucessores.

Jos

CNPJ 03.657.268/0001-99



apresentação artística.

A máquina quente do sucesso.

RECYSTENDO

4 9 8 5 8 4

CARTORIO ALBUQUERQUE 1ºRTD

MARACANAU-CE

CLÁUSULA Sexta- Fica determinado o Sr. Francisco Ivanilson Tavares Moreira, inscrito no CPF: 022.785.363-62 e RG: 2004002091368 Órgão emissor: SSP/CE, como responsável do artista/grupo que deverá estar presente no momento da

Cláusula Quinta - As partes contratantes elegem o Foro da Capital do Estado do Ceará para dirimir as controvérsias oriundas da presente avença, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja; Em vista da aceitação do objeto da presente Cessão, por parte da Cessionária e uma vez preenchidas todas formalidades legais pelo instrumento obriga-se bem e fielmente cumpri-lo e assinam em duas vias de igual teor sendo uma para cada parte contratante.

MARACANAU - CE, 05 de Maio de 2023.

BANDA BRASAS DO FORRÓ COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE MATERIA FRANCISCO IVANILSON TAVARES MOREIRA

CPF: 022.785.363-62

7º Amileo Ame Moures

BRASAS DO FORRÓ REPRESENTADO

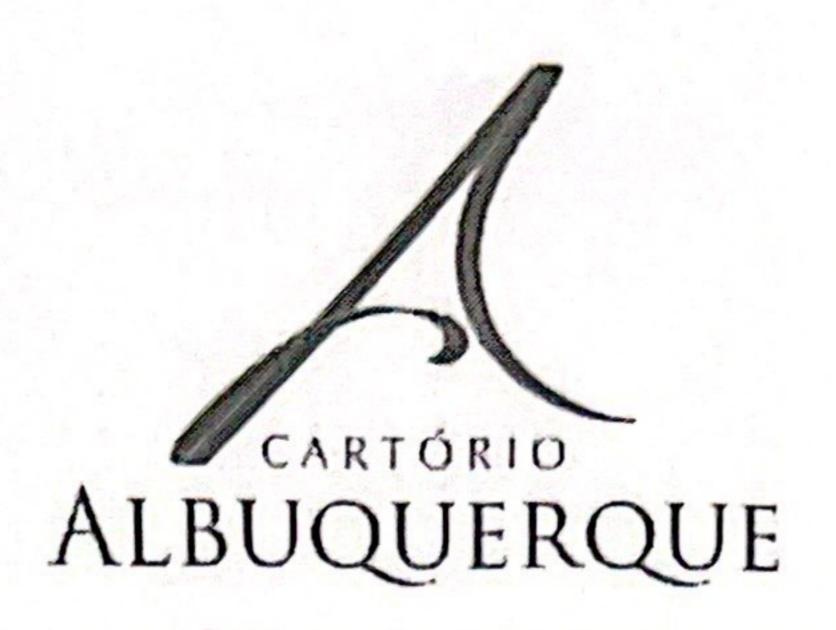




(85) 3498.7795 (999676.0035 | 99944.0124

🕜 brasasdoforrooficial 🐵 brasasdoforro 🕑 brasasdoforro 😊 brasas20anos@hotmail.com

O Av. Siqueira Campos, 409 - Sala 2 - Siqueira - CEP 61923-115 - Maracanaú - CE CNPJ 03.657.268/0001-99



REGISTRADO CANTORIO ALBUAUERQUE 1ºRTD MARACANAU-CE

====== 1º Notariado e 1º Ofício de Registros da Comarca de Maracanaú =======

# REGISTRO PARA FINS DE PUBLICIDADE E EFICÁCIA CONTRA TERCEIROS

## Registro nº 492584

Informo que a requerimento da parte interessada, recebi o documento com 2 (duas) páginas, foi apresentado em 05/03/2024, o qual foi protocolado e registrado sob nº 492584 em 05/03/2024, no Livro B de Registro de Títulos e Documentos deste Cartório do 1º Notariado e 1º Ofício de Notas e Registros de Maracanaú - Cartório Albuquerque.

Natureza: CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Apresentante: BRASAS DO FORRO COM E LOC DE MATERIAL LTDA CNPJ

03.657.268/0001-99

Maracanau, 05 de março de 2024

ANA PATRICIA DE QLIVEIRA LIMA Escrevente

Este certificado é parte integrante e inseparável do registro do documento acima descrito.





**CUSTAS E EMOLUMENTOS INCIDENTES** Nº de atendimento: 20240305000051 Total emolumentos: R\$ 102,37 Total FERMOJU: R\$ 11,07 Total Selos: R\$ 7,99 Total FRMMP: R\$ 5,11 Total FAADEP: R\$ 5,11 Valor Total: R\$ 131,65

Base de cálculo / Atos com Valor Declarado

Detalhamento da cobrança / Listagem dos códigos da tabela de emolumentos envolvidos

Códigos: 6001, 6013, 5023





palmares.pe.gov.brprefeiturapalmares

COMPROVES DE VALOR (NOTAS FISCAIS,EMPENHOS, EXTRATOS...)

□ cultura@palmares.pe.gov.br



Nota Nº 0000000442

SÉRIE

**ELETRÔNICA** 

	^	~	
NOTA FIGORIAL			
NUTA FISCAL	. ELETRUNICA L	DE PRESTAÇÃO	DE SEKVICUS

Data de G	eração	02/01/2025	Competência	JAN/2025	Nº da NFS-e Substituída	0
Nº do RPS	3	0	Local da Prestação	FLORÂNIA-RN	Optante do Simples	NÃO

#### DADOS DO PRESTADOR DO SERVIÇO

Razão Social	BRASAS DO FORRO C	ОМЕ	RCIO E LOCA	CAO DE	MATE	RIAL	LTDA					農
Nome Fantasia												ž
Endereço	R SIQUEIRA CAMPOS, 409 - SIQUEIRA									Æ		
CPF/CNPJ	03.657.268/0001-99 Insc.Mun		Insc.Municipal	23540	0	UF	CE	Insc. Estadual	61	909769		
Cidade MARA	ACANAU C.E.P 6192		.P 61923115	Comp.	SALA:	02;				Telefon	e 85967600	35

DADOS DO TOMADOR DO SERVIÇO

	27.120020		Shirt Do Gallering C											
	Razão Social MUNICIPIO DE FLORANIA													
Endereço RUA TEONIA AMARAL, 290 CENTRO 59.335-000						35-000 FLORÂNI.	A-RN							
	CPF/CNPJ	08.181.562/0001-9	0	Insc. Municipal	0	Insc. Estadual				Telefone				

#### **DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

Promoção de show artístico musical ao vivo em praça pública, com duração mínima de 02:00h (duas horas), da banda BRASAS DO FORRÓ, no dia 31 de dezembro em comemoração ao Réveillon 2025.

#### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 077/2024

Inexigibilidade de Licitação Nº 041/2024

Os tributos federais, incidentes sobre essa Nota Fiscal estão sujeitos ao PERSE, fundamentado na MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.202 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023.

Dados bancários | BRASAS DO FORRÓ

Banco Bradesco S.A

CÓDIGO DA OBRA

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

AG.: 1379 C.C.: 093170-5

BRASAS DO FORRÓ COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE MATERIAL LTDA

CNPJ: 03.657.268/0001-99 (PIX)

#### CODIGO DA ATIVIDADE/SERVIÇO

 $1710 \, / \, 1709 \, / \, 823000100$  - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas

#### INFORMAÇÕES PARA SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL

ART DA OBRA

					TRIBUTO	S FEDERAIS				
PIS	0,00	COFINS		0,00	INSS	0,00	CSLL	0,00	IRRF	0,00
VAI	VALORES DO PRESTADOR INFORMAÇÕES DA OPERAÇÃO CÁLCULO DO ISS						s			
Valor dos	Serviços	120.00	00,00	Natureza da Operação Valor dos Serviços 120.000						120.000,00
(-) Descon	to Incondicionado		0,00	Tributada Fora do Município (-) Dedução permitida em lei						0,00
(-) Descon	to condicionado		0,00	R	egime Espec	ial de Tributação		(-) Desconto Incono	0,00	
(-) Retenç	ões Federais		0,00		0-Ne	nhum		Base de Cálculo		120.000,00
Outras Re	tenções		0,00	Código de Validação/Link				(X) Aliquota do ISS		5,0000 %
(-) ISS Ret	ido	6.00	00,00	69tpj4qzocmvbhrxl72usgiewkn ISS a Reter						(X)Sim ( ) Não
(=) Valor L	íquido	114.00	00,00	www.maracanau.ce.gov.br (=) Valor do ISS						6.000,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

Impressa em: 02/01/25 14:49 Hora da emissão: 14:49:45



Nota Nº 0000000448

SÉRIE ELETRÔNICA

NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Data de Geração	20/02/2025	Competência	FEV/2025	Nº da NFS-e Substituída	0
Nº do RPS	0	Local da Prestação	FORTALEZA-CE	Optante do Simples	NÃO

#### DADOS DO PRESTADOR DO SERVIÇO

Razão Social BRASAS DO FORRO COMERCIO E LOCACAO DE MATERIAL LTDA

Nome Fantasia

Endereço R SIQUEIRA CAMPOS, 409 - SIQUEIRA

CPF/CNPJ 03.657.268/0001-99 Insc.Municipal 235400 UF CE Insc. Estadual 61909769

Cidade MARACANAU C.E.P 61923115 Comp. SALA: 02; Telefone 8596760035



			3-										
	Razão Social CAMAROTE SHOWS E EVENTOS LTDA												
	Endereço RUA ALUISIO DE AZEVEDO, 200 SALA 0301 EMP JOSE B SAN							.100-09	90 RECIFE	-PE			
CPF/CNPJ	38.149.318/0001-0	1	Insc. Municipal	0	Insc. Estadual				Telefone				

#### **DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

Referente ao show da banda brasas do forró no dia 13 de fevereiro no rancho do poço em Fortaleza-CE.

Os tributos federais, incidentes sobre essa Nota Fiscal estão sujeitos ao PERSE, fundamentado na MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.202 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023.

Dados Bancários:

BANCO DO BRASIL | BRASAS DO FORRO COMERCIO E LOCACAO DE MATERIAL LTDA

Agência: 3515-7 Conta: 17716-4

CÓDIGO DA OBRA

#### CODIGO DA ATIVIDADE/SERVIÇO

1710 / 1709 / 823000100 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas

#### INFORMAÇÕES PARA SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL

ART DA OBRA

**TRIBUTOS FEDERAIS** 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 **COFINS CSLL IRRF** PIS **INSS VALORES DO PRESTADOR** INFORMAÇÕES DA OPERAÇÃO CÁLCULO DO ISS 150.000,00 150.000,00 Natureza da Operação Valor dos Serviços Valor dos Serviços 0,00 Tributada Fora do Município 0,00 (-) Desconto Incondicionado (-) Dedução permitida em lei 0,00 0,00 (-) Desconto condicionado Regime Especial de Tributação (-) Desconto Incondicionado 150.000,00 0.00 (-) Retenções Federais 0-Nenhum Base de Cálculo 0,00 (X) Aliquota do ISS Outras Retenções 5,0000% Código de Validação/Link (-) ISS Retido 7.500,00 r4p7ychkz8sqg3jantbd2xifoe6 ISS a Reter (X)Sim () Não 142.500,00 7.500,00 (=) Valor Líquido (=) Valor do ISS www.maracanau.ce.gov.br

#### INFORMAÇÕES ADICIONAIS

#### **OUTRAS INFORMAÇÕES**

Impressa em: 20/02/25 17:31 Hora da emissão: 17:31:08



Nota Nº 0000000449

SÉRIE

ELETRÔNICA

NOTA FISCAL	ELETRÔNICA	DE PRESTAÇ <i>Â</i>	O DE	SERVIÇOS

Data de Geração	10/03/2025	Competência	MAR/2025	Nº da NFS-e Substituída	0
Nº do RPS	0	Local da Prestação	SÃO LUÍS-MA	Optante do Simples	NÃO

#### DADOS DO PRESTADOR DO SERVIÇO

Razão Social Nome Fantasia	BRASAS DO FORRO C	OME	RCIO E LOCA	CAO DE	MATE	RIAL	LTDA					
Endereço	R SIQUEIRA CAMPOS, 409 - SIQUEIRA								[	国際分数	845	
CPF/CNPJ	03.657.268/0001-99 Insc.Mun		Insc.Municipal	235400	)	UF	CE	Insc. Estadual	61	909769		
Cidade MARA	ACANAU C.E.P 61923115			Comp.	SALA:	02;				Telefone	8596760	035

DADOS DO TOMADOR DO SERVIÇO

DADOS DO	TOWADOR DO SE	.ivviço	.viço											
	Razão Social	J.D.O. PRODUCOES & EVENTOS LTDA E-mail												
	Endereço	AV CON	TORNO LESTE,	-MA										
CPF/CNPJ	59.079.857/0001-9	91 Insc. Municipal 0 Insc. Estadual Tele							elefone					

#### **DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

Apresentação da banda brasas do forró no dia 03 de março de 2025 no carnaval 2025 na cidade de Primeira Cruz-MA em praça pública.

Os tributos federais, incidentes sobre essa Nota Fiscal estão sujeitos ao PERSE, fundamentado na MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.202 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023.

Dados Bancários:

BANCO DO BRASIL | BRASAS DO FORRO COMERCIO E LOCACAO DE MATERIAL LTDA

Agência: 3515-7 Conta: 17716-

#### CODIGO DA ATIVIDADE/SERVIÇO

1710 / 1709 / 823000100 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas

#### INFORMAÇÕES PARA SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL

CÓDIGO DA OBRA ART DA OBRA

#### TRIBUTOS FEDERAIS

PIS	0,00	COFINS		0,00	INSS	0,00	CSLL	0,00	IRRF	0,00
VAL	ORES DO PRE	STADOR		INFORMAÇÕES DA OPERAÇÃO CÁLCULO DO ISS				5		
Valor dos S	Serviços	150.00	00,00	Natureza da Operação Valor dos Serviços						150.000,00
(-) Descon	to Incondicionado		0,00	Tributada Fora do Município (-) Dedução permit						0,00
(-) Descon	to condicionado		0,00	Regime Especial de Tributação				(-) Desconto Incono	dicionado	0,00
(-) Retençã	ies Federais		0,00		0-Ne	enhum		Base de Cálculo		150.000,00
Outras Ret	enções		0,00	Código de Validação/Link			(X) Aliquota do ISS		5,0000 %	
(-) ISS Ret	ido	7.50	00,00	fr9b83nwmhcout672j4qkalspiz			ISS a Reter		(X)Sim ( ) Não	
(=) Valor L	íquido	142.50	00,00	www.maracanau.ce.gov.br (=) Valor do ISS						7.500,00

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

#### **OUTRAS INFORMAÇÕES**

Impressa em: 10/03/25 09:27 Hora da emissão: 09:27:00



Nota Nº 0000000450

SÉRIE

**ELETRÔNICA** 

^	~
NOTA FISCAL ELETRONICA	DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Data de Geração	10/03/2025	Competência	MAR/2025	Nº da NFS-e Substituída	0
Nº do RPS	0	Local da Prestação	SÃO LUÍS-MA	Optante do Simples	NÃO

#### DADOS DO PRESTADOR DO SERVIÇO

	Razão Social	BRASAS DO FORRO C	OME	RCIO E LOCA	CAO DE	MATE	RIAL	LTDA					
Endereço R SIQUEIRA CAMPOS			, 409	- SIQUEIRA									
	CPF/CNPJ	03.657.268/0001-99		Insc.Municipal	23540	0	UF	CE	Insc. Estadual	61	909769		
	Cidade MARA	CANAU	C.E.	P 61923115	Comp.	SALA:	02;				Telefone	8596760	)035

DADOS DO TOMADOR DO SERVICO

DADOO DO	TOMADON DO GE	-ivviço							
	Razão Social	A BARR	OS DE PAULA LT	<sup>-</sup> DA			E-mail		
	Endereço	AV 02 - I	LOT JARACATY,	3000 A JARACATY	′ 65.076-821 SÃ(	O LUÍS-I	MA		
CPF/CNPJ 36.768.541/0001-01			Insc. Municipal	0	Insc. Estadual			Telefone	

#### **DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

Apresentação da banda brasas do forró no dia 01 de março de 2025 na cidade de Matinha-MA no carnaval 2025 em praça pública.

Os tributos federais, incidentes sobre essa Nota Fiscal estão sujeitos ao PERSE, fundamentado na MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.202 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023.

Dados Bancários:

BANCO DO BRASIL | BRASAS DO FORRO COMERCIO E LOCACAO DE MATERIAL LTDA

Agência: 3515-7 Conta: 17716-4

#### CODIGO DA ATIVIDADE/SERVIÇO

1710 / 1709 / 823000100 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas

#### INFORMAÇÕES PARA SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL

CÓDIGO DA OBRA ART DA OBRA

#### TRIBUTOS FEDERAIS

PIS	0,00	COFINS		0,00 INSS 0,00 CSLL				0,00	0,00	
VAL	ORES DO PRE	STADOR		INF	ORMAÇÕES	DA OPERAÇÃO	)	CÁLCUI	5	
Valor dos S	Serviços	150.00	00,00		Natureza d	da Operação		Valor dos Serviços		150.000,00
(-) Descon	to Incondicionado		0,00	•	Tributada For	a do Município	(-) Dedução permit	0,00		
(-) Descon	to condicionado		0,00	F	Regime Espec	ial de Tributação	(-) Desconto Incono	dicionado	0,00	
(-) Retençõ	ies Federais		0,00	0-Nenhum				Base de Cálculo		150.000,00
Outras Ret	enções		0,00	Código de Validação/Link				(X) Aliquota do ISS	5,0000 %	
(-) ISS Ret	ido	7.50	00,00	viz7ckhtarj6yf983qbepmxndo2				ISS a Reter	(X)Sim ( ) Não	
(=) Valor L	íquido	142.50	00,00	www.maracanau.ce.gov.br				(=) Valor do ISS	7.500,00	

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

#### **OUTRAS INFORMAÇÕES**

Impressa em: 10/03/25 09:30 Hora da emissão: 09:30:48



Nota Nº 0000000451

SÉRIE

**ELETRÔNICA** 

NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
---

D	ata de Geração	10/03/2025	Competência	MAR/2025	Nº da NFS-e Substituída	0
N	º do RPS	0	Local da Prestação	MARACANAÚ-CE	Optante do Simples	NÃO

#### DADOS DO PRESTADOR DO SERVIÇO

Razão Social	BRASAS DO FORRO C	ОМЕ	RCIO E LOCA	CAO DE	MATE	RIAL	LTDA					
Nome Fantasia										!		8
Endereço	Endereço R SIQUEIRA CAMPOS		- SIQUEIRA							L		<b>8</b>
CPF/CNPJ	03.657.268/0001-99		Insc.Municipal	23540	235400		CE	Insc. Estadual	61	909769		
Cidade MARA	CANAU	C.E.	P 61923115	Comp.	SALA:	02;				Telefone	8596760	035



27.20020		-iviyo								
	Razão Social	J J DO C	CARMO PRODUC	OES E EVENTOS	LTDA		E-mail			
	Endereço	AC MA	)14 PINHEIRO/SA	O BENTO, 51 CAI	MPINHO 65.200-	-000 PIN	NHEIRO-MA	١		
CPF/CNPJ	05.438.450/0001-8	4	Insc. Municipal	0	Insc. Estadual				Telefone	

#### **DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

Apresentação da banda brasas do forró no dia 02 de março de 2025 na cidade de Cajapio-MA no carnaval 2025 em praça pública.

Os tributos federais, incidentes sobre essa Nota Fiscal estão sujeitos ao PERSE, fundamentado na MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.202 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023.

Dados Bancários:

BANCO DO BRASIL | BRASAS DO FORRO COMERCIO E LOCACAO DE MATERIAL LTDA

Agência: 3515-7 Conta: 17716-4

#### CODIGO DA ATIVIDADE/SERVIÇO

1710 / 1709 / 823000100 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas

#### INFORMAÇÕES PARA SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL

CÓDIGO DA OBRA ART DA OBRA

#### TRIBUTOS FEDERAIS

PIS	0,00	COFINS		0,00 INSS 0,00 CSLL		L 0,00 IRRF		0,00		
VAL	ORES DO PRE	STADOR		INFORMAÇÕES DA OPERAÇÃO				CÁLCUL	s	
Valor dos S	Serviços	150.00	00,00		Natureza d	da Operação		Valor dos Serviços		150.000,00
(-) Descon	to Incondicionado		0,00		Tributada ı	no Município	(-) Dedução permit	ida em lei	0,00	
(-) Descon	to condicionado		0,00	Regime Especial de Tributação				(-) Desconto Incono	0,00	
(-) Retençã	ies Federais		0,00	0-Nenhum				Base de Cálculo		150.000,00
Outras Ret	enções		0,00	Código de Validação/Link				(X) Aliquota do ISS	5,0000 %	
(-) ISS Ret	ido		0,00	5c9n8p7bwyljmk3e26drxig4sto				ISS a Reter		()Sim (X) Não
(=) Valor L	íquido	150.00	00,00	www.maracanau.ce.gov.br				(=) Valor do ISS	7.500,00	

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

#### **OUTRAS INFORMAÇÕES**

Impressa em: 10/03/25 09:36 Hora da emissão: 09:35:59



Nota Nº 000000452

SÉRIE

**ELETRÔNICA** 

^	~
NOTA FISCAL ELETRONICA	DE DDESTACAO DE SEDVICOS
NOTA FISCAL ELETRONICA	DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
	- 3 3 -

Data de Geração	10/03/2025	Competência	MAR/2025	Nº da NFS-e Substituída	0
Nº do RPS	0	Local da Prestação	TRIZIDELA DO VALE-MA	Optante do Simples	NÃO

#### DADOS DO PRESTADOR DO SERVIÇO

Razão Social Nome Fantasia	BRASAS DO FORRO C	OME	RCIO E LOCA	CAO DE	MATE	RIAL	LTDA					
Endereço R SIQUEIRA CAMPOS		, 409	- SIQUEIRA								副聯邦领	<b>5</b> 45
CPF/CNPJ	CPF/CNPJ 03.657.268/0001-99		Insc.Municipal	23540	235400		CE	Insc. Estadual	61	909769		
Cidade MARA	CANAU	C.E.	P 61923115	Comp.	SALA:	02;				Telefone	85967600	035

DADOS DO TOMADOR DO SERVIÇO

2/150550 1011111501150 02111130									
	Razão Social	Social M R DA S COMERCIO DE PLASTICOS LTDA					E-mail		
Endereço RUA NOVA RUA, 306 CENTRO 65.727-000 TRIZIDELA DO VALE-MA									
CPF/CNPJ	46.906.495/0001-1	3	Insc. Municipal	0	Insc. Estadual			Telefone	

#### **DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

Apresentação da banda brasas do forró no dia 04 de março de 2025 na cidade de Lago do Junco-MA no carnaval 2025 em praça pública.

Os tributos federais, incidentes sobre essa Nota Fiscal estão sujeitos ao PERSE, fundamentado na MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.202 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023.

Dados Bancários:

BANCO DO BRASIL | BRASAS DO FORRO COMERCIO E LOCACAO DE MATERIAL LTDA

Agência: 3515-7 Conta: 17716-4

#### CODIGO DA ATIVIDADE/SERVIÇO

1710 / 1709 / 823000100 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas

#### INFORMAÇÕES PARA SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL

CÓDIGO DA OBRA ART DA OBRA

#### TRIBUTOS FEDERAIS

PIS	0,00	COFINS		0,00	INSS	0,00	CSLL	0,00	IRRF	0,00
VALORES DO PRESTADOR				INFORMAÇÕES DA OPERAÇÃO			)	CÁLCUI	5	
Valor dos Serviços 150.000,00		00,00	Natureza da Operação				Valor dos Serviços		150.000,00	
(-) Desconto Incondicionado			0,00	Tributada Fora do Município				(-) Dedução permitida em lei		0,00
(-) Desconto condicionado			0,00	Regime Especial de Tributação			(-) Desconto Incondicionado		0,00	
(-) Retenções Federais 0,00		0-Nenhum				Base de Cálculo		150.000,00		
Outras Ret	Retenções 0,00 Código de Validação/Link			(X) Aliquota do ISS		5,0000 %				
(-) ISS Ret	ido	7.50	00,00	flpazge3x4sv9rhbj5knm2t6qy8		ISS a Reter		(X)Sim ( ) Não		
(=) Valor L	íquido	142.50	00,00	www.maracanau.ce.gov.br			(=) Valor do ISS		7.500,00	

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

#### **OUTRAS INFORMAÇÕES**

Impressa em: 10/03/25 09:40 Hora da emissão: 09:40:09



### Contrato nº 039/2025

Última atualização 30/07/2025

Local: Poço Verde/SE Órgão: MUNICIPIO DE POCO VERDE

Unidade executora: 13106935000107 - PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO VERDE

Tipo: Contrato (termo inicial) Receita ou Despesa: Despesa Processo: 039/2025 Categoria do processo: Serviços

**Data de divulgação no PNCP:** 30/07/2025 **Data de assinatura:** 02/07/2025 **Vigência:** de 02/07/2025 a 31/12/2025

Id contrato PNCP: 13106935000107-2-000033/2025 Fonte: 3Tecnos Tecnologia LTDA

Id contratação PNCP: <u>13106935000107-1-000045/2025</u>

#### Objeto:

Contratação de empresa do setor artístico para realização de show musical da banda "BRASAS DO FORRÓ" no "São Pedro de Todos 2025", no dia 20 de julho de 2025 (domingo), no município de Poço Verde/SE

#### **VALOR CONTRATADO**

R\$ 150.000,00

#### **FORNECEDOR:**

Tipo: Pessoa jurídica CNPJ/CPF: 03.657.268/0001-99 Consultar sanções e penalidades do fornecedor

Nome/Razão social: BRASAS DO FORRO COMERCIO E LOCACAO DE MATERIAL LTDA

Arquivos	Histórico	
Nome $\hat{z}$		Data ≎
PMPVContrato	o_039.2025BRASAS_DO_FORRO_COMERCIO_E_LOCACA	NO_DE_MATERIAL_LTDA_assinado. 30/07/2025
Exibir: 5	1-1 de 1 itens	Página: 1 🔻
✓ Voltar		



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitô

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.gestao.gov.br

**3** 0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS





Texto destinado a exibição de informações relacionadas à licença de uso.



#### CONTRATO Nº 039/2025

Termo de Contrato de Prestação Serviço, que entre si firmam o MUNICÍPIO DE POÇO VERDE - ESTADO DE SERGIPE, e a Empresa BRASAS DO FORRO COMERCIO E LOCACAO DE MATERIAL LTDA.

Pelo presente instrumento particular de Contrato, reuniram-se de um lado o **MUNICÍPIO DE POÇO VERDE - ESTADO DE SERGIPE**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 13.106.935/0001-07, com sede na Praça Tancredo Neves, nº 11, Centro, Poço Verde/SE, CEP: 49.490-00, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu Prefeito, o Sr. **Roberto Correia Santana**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, inscrito no CPF sob o nº 941.XXX.XXX-49, e do outro lado a empresa **BRASAS DO FORRO COMERCIO E LOCACAO DE MATERIAL LTDA**, inscrita no CNPJ nº 03.657.268/0001-99, estabelecida na Rua Siqueira Campos, 409, Sala 02, Bairro Siqueira, Maracanaú, CE, CEP: 61.923-115, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. **Francisco Ivanilson Tavares Moreira**, brasileiro, portador do CPF sob o nº XXX.785.363-XX, para o fim especial de celebrarem o presente instrumento, tendo em vista o que consta do processo de inexigibilidade de licitação, com base na Legislação em vigor e nas cláusulas a seguir ajustadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (Art. 92, I da Lei nº 14.133/2021)

O objeto consiste na Contratação de empresa do setor artístico para realização de show musical da banda "BRASAS DO FORRÓ" no "São Pedro de Todos 2025", no dia 20 de julho de 2025 (domingo), no município de Poço Verde/SE, conforme programação abaixo descriminada:

**Data**: 20/07/2025 (domingo) **Local**: Centro da cidade

Horário: 22:00h

Duração: 01 (uma) hora e 30 (trinta) minutos.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO (Art. 92, II da Lei nº 14.133/2021)

2.1 O presente pacto vincula-se em sua plenitude aos termos do Termo de Referência, da proposta oferecida pela CONTRATADA, bem como ao Processo de **Inexigibilidade de Licitação nº 027/2025**, fundamentado no art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA LEGISLAÇÃO (Art. 92, III da Lei nº 14.133/2021)

3.1 O presente contrato está sendo lavrado nos termos da Lei n° 14.133/2021, demais normas pertinentes a matéria, e será regido pelos princípios norteadores do Direito Administrativo e Constitucional.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME EXECUÇÃO DO SERVIÇO (Art. 92, IV da Lei nº 14.133/2021)

4.1 A CONTRATADA deve se comprometer, no dia, hora e local estabelecido, a levar o(s) artista(s) definido(s) na proposta a comparecer e participar do espetáculo promovido pelo Município para que estes realizem uma apresentação artística (show), com duração de aproximadamente duas horas, de acordo com o repertório da banda, como compositores, músicos e intérpretes, respeitando todas as disposições do presente projeto.



- I A CONTRATADA deve se comprometer apenas na prestação de serviço consistente na apresentação artística (show) do(s) artista(s) previstos na sua proposta, não participando em momento algum da organização do evento, nem se obrigando de forma alguma com terceiros que não o MUNICÍPIO DE POÇO VERDE, não sendo em momento algum solidário a este.
- II Fica convencionado que as únicas obrigações dos artistas se referem a sua apresentação artística (show) no evento promovido pelo **CONTRATANTE**, conforme estipulado no objeto, não assumindo quaisquer outras obrigações e compromissos como, passeios, jantares, sessões de fotos, entrevistas e autógrafos, ou qualquer outra atividade que não seja a apresentação artística (show).
- III No caso da não apresentação pela ausência do ARTISTA, em virtude de casos fortuitos e alheios a sua vontade, tais como: enfermidades, acidente, impossibilidade de acesso ao local de evento, inclusive por falta de condições atmosféricas que permitam o pouso e/ ou decolagem de aeronaves, falha mecânica de veículos de transporte da equipe e/ou equipamentos, catástrofes de qualquer natureza, risco de contágio, adotando-se como solução para a hipótese, a designação de nova data para a realização do show, de acordo com a disponibilidade da agenda do ARTISTA, isentadas, desde já, ambas as partes de qualquer pena ou multa contratual.
- III Nos casos de eventuais cancelamentos, por parte da CONTRATANTE, em virtude de casos fortuitos ou de força maior estando devidamente justificados com antecedência a CONTRATADA, não caberá ao CONTRATANTE qualquer pena ou multa contratual.
- IV A não apresentação do espetáculo objeto do presente contrato pela ausência injustificada do ARTISTA acarretará o pagamento da multa contratual prevista no capítulo anterior, além da devolução das quantias já pagas pela CONTRATANTE em proveito daquele.

#### CLAUSULA QUINTA - DO PREÇO E REAJUSTAMENTO (Art. 92, V da Lei nº 14.133/2021)

- 5.1 Em contraprestação aos serviços prestados na cláusula primeira, obriga-se a CONTRATANTE, a pagar a CONTRATADA, o valor total de **R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)**, compreendendo os custos detalhados em sua proposta, conforme art. 94, § 2º da lei 14.133/2021. Sendo pagos 50% (cinquenta por cento) antes e 50% (cinquenta por cento) depois da realização do show.
- 5.2. O valor constante nesta cláusula poderá ser reajustado, após 12 (doze) meses contados da data de assinatura do contrato, observada a variação do IPC-A para o período ou outro indicador que venha a substituí-lo, em conformidade com o prazo constante na cláusula quarta e mediante acordo formal entre as partes.
- 5.3. No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor mencionado no item 5.1., o IPC-A ou outro indicador que venha a substituí-lo.

## CLAUSULA SEXTA - OS CRITÉRIOS E A PERIODICIDADE DE PAGAMENTO (Art. 92, VI da Lei nº 14.133/2021)

- 6.1. O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao vencimento.
- 6.2. O pagamento será efetuado de acordo com a prestação de serviços, no valor correspondente aos serviços efetivamente prestados, mediante apresentação dos seguintes documentos:
  - a) Nota(s) Fiscal(is) atestada(s) e liquidada(s);



- b) Prova de regularidade junto às Fazendas Federal e INSS, Estadual e Municipal, FGTS e CNDT, válidas no prazo mínimo de 30 (trinta) dias da apresentação da Nota Fiscal.
- 6.3. Os documentos de cobrança relacionados acima deverão ser apresentados no endereço da sede do MUNICÍPIO DE POÇO VERDE Estado de Sergipe, dos quais após atestados pela autoridade competente e aprovados pelo Fiscal do Contrato, serão encaminhados ao Setor Financeiro para fins de liquidação da despesa e inclusão na lista classificatória de credores;
- 6.4. O pagamento das obrigações relativas ao presente contrato deve obedecer e cumprir a ordem cronológica das datas das respectivas exigências, a teor do que dispõe o art. 7º §2º, Inciso III, da Lei nº 4.320/1964, art. 141 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.5. A ordem cronológica referida no 6.4 poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao tribunal de contas competente, exclusivamente nas hipóteses previstas no art. 141, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO (Art. 92, VII da Lei nº 14.133/2021)

7.1 O início da vigência do contrato dar-se-á a partir da divulgação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município como condição indispensável para a sua eficácia em conformidade com art. 176, parágrafo único, I da Lei nº 14.133/2021, e terá validade até o cumprimento das obrigações da Contratante e da Contratada, desde que não ultrapasse o exercício financeiro.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 92, VIII da Lei nº 14.133/2021)

8.1 A despesa orçamentária da execução deste contrato para o exercício de 2025, no valor de **R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)**, correrá por conta da dotação orçamentária abaixo, com saldo suficiente, assim discriminado:

Unidade Orçamentária: 15020 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO.

Classificação funcional programática: 27.813.0004:2408 - MANUTENÇÃO DE INCENTIVO E/OU MANIFESTAÇÕES CULTURAIS ARTÍSTICAS

**Dotação orçamentária**: 3390.39.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA **Fonte de Recurso**: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

#### CLÁUSULA NONA - DA MATRIZ DE RISCO (Art. 92, IX da Lei nº 14.133/2021)

9.1 O mapa de risco que se encontra nos autos do processo administrativo que autorizou a contratação será preenchido durante a fase de execução do contrato pelo Gestor e Fiscal designados para a acompanhar o cumprimento das cláusulas contratuais, bem como as exigências previstas no Termo de Referência, visando aplicar ações de prevenção e contingência dos riscos e/ou danos que possam ocorrer durante a vigência do contrato, observado o disposto no art. 6°, inciso XXVII da Lei nº 14.133/2021.

## CLÁUSULA DÉCIMA - PRAZO PARA RESPOSTA DO PEDIDO DE EQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO (Art. 92, XI da Lei nº 14.133/2021)

10.1 Para majorar, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nos termos do art. 124, II "d", da Lei n° 14.133/2021, desde que demonstrado, por parte da contratada, alteração substancial nos preços praticados no mercado, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis,



que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

Parágrafo único. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

10.2 O prazo para resposta ao pedido de equilíbrio econômico-financeiro será de 15 (quinze) dias, contado da data do pedido da documentação.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES (Art. 92, XIV da Lei nº 14.133/2021)

#### 11.1 Incumbe a CONTRATANTE:

- a) Segurança que deverão estar a disposição durante os dias dos Shows.
- b) Energia elétrica mínima de 180 KWA com distância máxima do palco de 20 metros.
- c) Palco com cobertura e proteção em toda a frente do palco.
- d) Segurança pública durante as apresentações, assim como antes e depois, conforme as normas e exigências locais (Brigada Militar, Corpo de Bombeiros e Ambulância).
- e) Responsabilidade por toda e qualquer ocorrência policial, criminal e, ou civil que venham a ser vítima qualquer dos artistas e equipe produtora e público, durante o espetáculo, em todas as decorrências e assistência administrativa e outras.
- f) Proteger o público do palco com alambreado, fazendo um corredor de livre acesso da segurança que protegerá os artistas do público.
- g) Construção de camarins para os músicos e artistas e seu abastecimento.

#### 11.2 Incumbe a CONTRATADA:

- a) A obrigação e responsabilidade para efeito de realização do espetáculo compete à CONTRATADA, a quem reservam-se as seguintes providências: Fazer apresentar-se os artistas mencionados, no local hora e data previamente estabelecido neste contrato; Produção completa do espetáculo; Pagamento dos cachês artísticos; É proibida qualquer manifestação política em cima do palco; É proibida propaganda publicitária em cima do palco e na sua área externa
- b) Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- c) Obrigação de cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- d) Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no § 2º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021;
- e) Executar os serviços elencados na Cláusula Primeira do presente contrato;
- f) Alocar todos os recursos necessários para se obter uma execução perfeita, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza à contratante;
- g) Responsabilizar-se por todas as despesas, obrigações e tributos decorrentes da execução do contrato, inclusive as de natureza trabalhista, devendo, quando solicitado, fornecer à CONTRATANTE comprovante de quitação com os órgãos competentes;
- h) Responsabilizar-se por eventuais multas, municipais, estaduais e federais, decorrentes de faltas por ela cometidas na execução do contrato;



- i) Assumir inteira responsabilidade pelos danos que seus empregados causarem à CONTRATANTE, hipótese em que fará a reparação devida, com o necessário ressarcimento em dinheiro, no prazo improrrogável de 30 dias, independentemente de avisos ou interpelação judicial;
- j) Em caso de não cumprimento do objeto deste contrato, responsabilizar-se, na forma da Lei, pelo inadimplemento do contrato, ficando o ônus sob sua responsabilidade;
- k) Não poderá transferir total ou parcialmente o contrato. Também não poderá subcontratar, ainda que parcialmente, a execução do seu objeto;

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES (Art. 92, XIV da Lei nº 14.133/2021)

- 12.1. O contratado será responsabilizado administrativamente pelo cometimento das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:
- I Advertência;
- II Multa:
- III Impedimento de licitar e contratar;
- IV Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.2 Na aplicação das sanções serão considerados:
- I a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II as peculiaridades do caso concreto;
- III as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.3. Será aplicada a sanção prevista no inciso I do item 12.1 na hipótese de inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 12.4. Na hipótese de descumprimento total ou parcial das cláusulas e condições ajustadas ou execução em desacordo com a proposta apresentada, será aplicada, garantida a ampla defesa, multa da seguinte forma:
- De 5% (cinco) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato em caso de atraso na entrega/prestação do serviço, observada a seguinte gradação:
- a) Atraso de 01 a 02 horas: multa de 5%;
- b) Atraso de 03 a 04 horas: multa de 15%;
- c) Atraso de 05 horas em diante: multa de 30%;
- 12.5. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 12.1 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item;
- 12.6 Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 12.1 será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;
- 12.7. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 12.1 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;



12.8 A sanção prevista no inciso III do item 12.1 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar com o MUNICÍPIO DE POÇO VERDE/SE, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9 A sanção prevista no inciso IV do item 12.1 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

12.10 A sanção estabelecida no inciso IV do item 12.1 será precedida de análise jurídica;

12.11 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 12.1 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item;

12.12 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.13 A aplicação das sanções previstas no item 12.1 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.14 Constatando o descumprimento parcial ou total de obrigações contratuais que ensejem a aplicação de penalidades, o responsável pelo departamento ou pela fiscalização do fornecimento/serviço, emitirá notificação escrita a CONTRATADA, para regularização da situação;

12.14.1 A notificação a que se refere o *caput* deste artigo será enviada pelo correio, com aviso de recebimento, ou entregue a CONTRATADA mediante recibo ou, na sua impossibilidade, publicada no Diário Oficial do Município e no quadro de avisos da Prefeitura.

12.15. Não havendo regularização da situação por parte da CONTRATADA, em até **48 (quarenta e oito) horas,** após o recebimento da notificação, o responsável pelo departamento ou pela fiscalização do fornecimento/serviço encaminhará a Comissão de Processo Administrativo a qual instaurará processo administrativo punitivo;

12.16. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no item 12.4 deste edital. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas em Lei;

12.17 A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 12.1 deste edital requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão designada que avaliará os fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;



12.18 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação;

12.19 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

12.20 Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do item 12.1 deste edital, serão aplicadas de acordo com o Decreto nº 008 de 30 de janeiro de 2024, do qual estabelece a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos;

12.21 A Administração Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal, observado o disposto no art. 169, § 3º da Lei nº 14.133/2021;

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO (Art. 92, XIX da Lei nº 14.133/2021)

13.1 O inadimplemento de qualquer das cláusulas do presente contrato conforme art. 137, incisos de l a IX da Lei nº 14.133/2021, é motivo justo para a extinção do mesmo de acordo com o art. 138, da Lei nº 14.133/2021, a extinção do contrato poderá ser:

I – determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III – determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**Parágrafo Único** – A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO e GESTÃO DO CONTRATO (Art. 92 inciso XVIII e art. 117 da Lei nº 14.133/2021)

14.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo servidor **Toni Landi Anselmo Alvares dos Santos** (Diretor do Departamento de Cultura), designado pela **Portaria nº 171 de 02 de julho de 2025**, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

14.2 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, e informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

14.3 O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.



#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FONTE DOS RECURSOS

15.1 A despesa prevista na cláusula segunda, correrá por conta de recursos próprios.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO Art. 92, XIX § 1º da Lei nº 14.133/2021)

16.1 Fica eleito o foro do município de Poço Verde, Estado de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas surgidas na execução do presente Contrato.

E, assim, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento particular de Contrato em O2 (duas) vias de igual teor e para um único e só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo, a fim de que possa surtir os efeitos legais.

Poço Verde/SE, 02 de julho de 2025.

MUNICÍPIO DE POÇO VERDE Roberto Correia Santana CONTRATANTE

## BRASAS DO FORRO COMERCIO E LOCACAO DE MATERIAL LTDA Francisco Ivanilson Tavares Moreira

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:	CPF N°	
	CPF N°	



### Contrato nº 053/2025

Última atualização 23/07/2025

Local: Lagarto/SE Órgão: MUNICIPIO DE LAGARTO

Unidade executora: 13124052000111 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGARTO

Tipo: Contrato (termo inicial) Receita ou Despesa: Despesa Processo: 053/2025 Categoria do processo: Serviços

**Data de divulgação no PNCP:** 23/07/2025 **Data de assinatura:** 13/06/2025 **Vigência:** de 13/06/2025 a 13/08/2025

Id contrato PNCP: 13124052000111-2-000046/2025 Fonte: 3Tecnos Tecnologia LTDA

Id contratação PNCP: 13124052000111-1-000063/2025

Histórico

#### Objeto:

Contratação para atração artística de "BRASAS DO FORRÓ", para apresentação no dia 15 DE JUNHO DE 2025, com duração em média de 110 minutos, previsto para iniciar as 15:00h. ás 16:30min. na rua Riachão, em celebração à tradicional e cultural festejo junino do município alusivo ao "FESTIVAL DA MANDIOCA 2025" de acordo com as especificações constantes da inexigibilidade de licitação nº. 038/2025/PML.

#### VALOR CONTRATADO

R\$ 150,000,00

#### FORNECEDOR:

Arquivos

Tipo: Pessoa jurídica CNPJ/CPF: 03.657.268/0001-99 Consultar sanções e penalidades do fornecedor

Nome/Razão social: BRASAS DO FORRO COMERCIO E LOCACAO DE MATERIAL LTDA

### 



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos,gestao.gov,br

**J** 0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS





Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso.** 



#### CONTRATO N° 053/2025/PML INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO №. 038/2025

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO LAGARTO NO ESTADO DE SERGIPE E DO OUTRO LADO A EMPRESA BRASAS DO FORRÓ COMERCIO E LOCAÇÃO MATERIAL LTDA.

#### . DAS PARTES

Pelo presente instrumento particular de Contrato, reuniram-se de um lado o MUNICÍPIO DE LAGARTO, ESTADO DE SERGIPE, pessoa jurídica de direito público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 13.124.052/0001-11, com sede à Praça Nossa Senhora da Piedade nº 13, Bairro Centro — Lagarto/SE, , Estado de Sergipe, neste ato representado pela Prefeita Interina Municipal, a SRA. SUELY SILVA NASCIMENTO MENEZES, brasileira, maior, capaz, portadora do CPF sob o nº 557.XXX.XXX-53, residente e domiciliada nesta cidade, Estado de Sergipe, doravante denominada CONTRATANTE.

E do outro lado a Empresa BRASAS DO FORRÓ COMERCIO E LOCAÇÃO DE MATERIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob nº.03.657.268.0001-99, localizada à Av. Siqueira Campos, nº. 409, sala 02, Bairro: Siqueira, CEP:61.923-115, Tel: (79) 99676.0035, endereço eletrônico: documentacoesbandas@gmail.com na Cidade de Aracaju, Estado de Sergipe, neste ato representado por seu sócio administrador o Senhor FRANCISCO IVANILSON TAVARES MOREIRA, doravante designado contratado, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente de Processo Administrativo nº. 083.0222.2025 e da Inexigibilidade da Licitação nº 038/2025/PML, pactuar o presente instrumento contratual que será em tudo regido pelas cláusulas que aceitam e mutuamente se outorgam, projeto básico ou termo de referência, proposta final vinculada, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Nota de esclarecimento: Conforme o PARECER n.00004/2022/CNMLC/CGU/AGU (NUP: 00688.000716/2019-43). Propõe-se nos instrumentos contratuais os representantes da Administração sejam identificados apenas com a matrícula funcional [...]. Com relação aos representantes da contratada também se propõe que os instrumentos contratuais os identifiquem apenas pelo nome, até porque o §1º do art. 89 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, exigem apenas esse dado".

#### II. DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS

Pelo presente instrumento, e na melhor forma de direito, as partes anteriormente individuadas e devidamente qualificadas, de acordo com as disposições regulamentares contidas na Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, e suas alterações posteriores Decretos Federais e Municipais que a regulamentam, Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), lei nº 8.078/1990 e demais legislações aplicáveis ao caso e tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo n.º 083.0222/2025** resolvem consoante a autorização exarada nos autos do processo de **INEXIGIBILIDADE** nº 038/2025/PML, e proposta da Contratada, pactuar o presente instrumento contratual que será em



tudo regido pelas cláusulas que aceitam e mutuamente se outorgam, mediante cláusulas e condições seguintes;

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

- 1.1. Contratação para atração artística de "BRASAS DO FORRÓ", para apresentação no dia 15 DE JUNHO DE 2025, com duração em média de 110 minutos, previsto para iniciar as 15:00h. ás 16:30min. na rua Riachão, em celebração à tradicional e cultural festejo junino do município alusivo ao "FESTIVAL DA MANDIOCA 2025" de acordo com as especificações constantes da inexigibilidade de licitação nº. 038/2025/PML.
- 1.2. O show mencionado no "caput" desta cláusula compreende unicamente a apresentação pública do "BRASAS DO FORRÓ" não podendo ser entendido em qualquer hipótese, sob qualquer alegação ou pretexto, que este CONTRATO esteja vinculado ou associado a qualquer outro tipo de atividade que não a prevista neste Contrato, sendo certo que, este Contrato também não autoriza de forma alguma o uso do direito de imagem e/ou voz do ARTISTA para qualquer uso não previsto neste Instrumento, ficando ainda consignado que os dados e/ou informações abaixo serviram de base para todas as negociações que resultaram nas condições e cláusulas ora pactuadas. Os dados e informações básicas relativas à apresentação do ARTISTA são os seguintes:

DATA DA APRESENTAÇÃO: 14 DE JUNHO DE 2025 HORARIO PREVISTO: 15:00h. às 16:30min.

LOCAL DO SHOW: RUA RIAÇHÃO DURAÇÃO MÍNIMA DO SHOW: 90min.

1.3. Nos casos em que as condições operacionais do evento não permitam que o ARTISTA da CONTRATADA, inicie a apresentação artística em até 60 (sessenta minutos) após o horário previsto para o início do show, conforme estabelecido no parágrafo anterior, ficará a critério da CONTRATADA, por meio de seu representante no local, e do ARTISTA, a decisão sobre o eventual cancelamento da apresentação, ou sobre o eventual aguardo por prazo superior, até que as condições operacionais permitam o início do show. Em caso do eventual cancelamento do mesmo, pelos motivos constantes do presente parágrafo, não caberá ao CONTRATANTE o reembolso de quaisquer quantias que tenham sido pagas antecipadamente pelo mesmo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO CONTRATADO

- **2.1** Pela contratação ora realizada, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, a importância de **R\$: 150.000,00 (cinquenta mil reais) de cachê.**
- **2.2** Nos preços acima estipulados estão inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### CLÁUSULA TERCEIRA- DO PAGAMENTO

**3.1.** A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o percentual de 50% (cinquenta por cento) do valor total, equivalente a R\$ 75.000,00, (setenta e cinco mil reais), após assinatura e envio do contrato assinado, mediante emissão de nota fiscal do valor correspondente, a fim de garantir o pagamento das despesas antecedentes ao evento.



- **3.1.1.** A Nota Fiscal/Fatura correspondente será examinada diretamente pelo Fiscal designado pela **CONTRATANTE** na portaria de fiscalização, o qual somente atestará a prestação dos serviços contratados e liberará a referida Nota Fiscal/Fatura para liquidação e posterior pagamento quando cumpridas, pela **CONTRATADA**, todas as condições pactuadas.
- **3.2.** Para fins de garantia, em atendimento às determinações contidas na Decisão do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TC nº. 19752), anexa-se a este contrato **NOTA PROMISSÓRIA nº 001/2025** do valor antecipado, cujo vencimento coincide com a data do evento, quando então, após a prestação dos serviços, será devolvida ao CONTRATADO.
- **3.3.** Esclarece a CONTRATADA que os valores indicados na Cláusula Segunda deverão ser pagos da seguinte forma:

DATA LIMITE PARA PAGAMENTO	MODALIDADE DE PAGAMENTO
NA DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	Pagamento mediante emissão de Nota Fiscal
ATE 30 DIAS	Pagamento mediante emissão de Nota Fiscal
	NA DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO

- **3.4**. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
  - 3.4.1. o prazo de validade;
  - 3.4.2. a data da emissão:
  - 3.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
  - 3.4.4. o período respectivo de execução do contrato;
  - 3.4.5. o valor a pagar; e
  - 3.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
- **3.5.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- **3.6.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal e prova de regularidade perante o FGTS CRF, além da CNDT, constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, contendo prazo para regularização, podendo ser prorrogado a critério do contratante.
- **3.7.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que efetuado, sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- **3.8.** O pagamento das obrigações relativas ao contrato deve obedecer e cumprir a ordem cronológica das datas das respectivas exigências, a teor do que dispõe o art. 7º§ 2º, inciso III, da Lei nº 4.320/1964, art. 141, da Lei nº 14.133 /21.



- **3.8.1.** A ordem cronológica de exigibilidade terá como marco inicial, para efeito de inclusão do crédito na sequência de pagamentos, a liquidação de despesa.
- **3.9.** Não será efetuado o pagamento à Contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência da contratação.
  - 3.10. Os preços serão fixos e irreajustáveis, durante o período contratado.
- **3.11**. Juntada de Declaração de consulta à situação atual do contribuinte caso a CONTRATADA seja optante pelo SIMPLES NACIONAL e no SIMEI.
- **3.12.** No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor mencionado no *caput* desta Cláusula, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor INPC/IBGE.
- **3.13**. As despesas decorrentes desta contratação serão suportadas pelo orçamento fixado na Lei Orçamentária anual vigente na seguinte dotação orçamentária:

ORGÃO: 2000 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGARTO

UNIDADE ORÇAMENTARIA: 0225 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

AÇÃO: 2411 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

NATUREZA DA DESPESA: 33903900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

SUB ELEMENTO: 33903991 - CACHÊ PARA APRESENTAÇÃO ARTISTICA

FONTE DE RECURSO: 15000000 / 17200000

- **3.14.** A CONTRATADA não poderá sofrer retenção de INSS por não se tratar o presente instrumento, ou seja, a realização do Show da atração "BRASAS DO FORRÓ" de cessão de mão de obra, uma vez que os serviços aqui dispostos têm caráter eventual conforme previsto no § 2º do Artigo 115 da IN SRP nº. 971/09, não está listado na exaustiva lista prevista no artigo 118 e nem se equipara ao previsto no item XXI do mesmo dispositivo. Igualmente a CONTRATADA não poderá sofrer ainda retenção de qualquer valor a título de PIS/COFINS/CSLL e IRPJ por não se tratar o presente instrumento, como já dito, de locação de mão de obra, porquanto os serviços, a que tratam o presente instrumento, não se enquadrarem como organização de feiras, congressos, seminários, simpósios e congêneres
- **3.15.** Para fins de Imposto de Renda retido na fonte de que trata o art. 158, inciso I, da Constituição da República, o município em todas as suas contratações com pessoas jurídicas, deverá observar no art. 64 da Lei Federal n.º 9.430/1996, nos termos do Decreto Municipal n.º 923/2023, de 10 de agosto de 2023, e também a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n.º 1.234/2012. As alíquotas aplicáveis a cada tipo de objeto são aquelas constantes no anexo I da IN RFB1234/2012 alterada pela IN RFB N°2.145/2023, para os casos de isenção, segue o cumprimento dos anexos II, III, e IV que apresentam modelos de declarações a serem apresentadas pelos beneficiários, nos casos em que couber.
- **3.16.** Nos casos de glosa, serão emitidas novas notas fiscais e fatura, caso contrário deverá incidir sobre o valor original da nota, entretanto, em casos de pagamentos com acréscimos de juros e multas por atraso no pagamento, a retenção deverá incidir sobre o valor total da nota.
- **3.17.** Não serão feitas retenções de CSLL, PIS/PASEP ou COFINS, apenas a retenção do Imposto de Renda se for o caso, nos moldes da Instrução Normativa Municipal n.º 3.087/2022.
  - 3.18. A CONTRATANTE reterá ISSQN.



#### CLÁUSULA QUARTA – TRANSPORTE

**4.1.** Todo o transporte do ARTISTA e equipe de operação técnica, além das despesas decorrentes com excesso de carga, até o local do Evento (ida e volta) ocorrerá por conta do CONTRATADO.

#### CLÁUSULA QUINTA - TRANSLADO / ALIMENTAÇÃO/ HOSPEDAGEM /

- **5.1.** A contratação e custos relativos ao translado do ARTISTA e equipe de operação técnica, ocorrerão por conta do CONTRATADO.
- **5.2.** A contratação e custos relativos à hospedagem e alimentação do ARTISTA e equipe de operação técnica, ocorrerão por conta do CONTRATADO.
- **5.3.** Será de exclusiva responsabilidade do CONTRATANTE a produção do espetáculo, inclusive com relação a todas as despesas dela decorrentes e como condição imprescindível para a realização do mesmo.
- **5.4.** Caberá exclusivamente ao CONTRATANTE a liberação da realização do espetáculo junto a todos os órgãos públicos e entidades de classe, bem como junto às autoridades locais, inclusive o pagamento do ECAD (Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais), além de todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições de qualquer espécie ou natureza devidos, por força da Lei a todos e quaisquer órgãos Municipais, Estaduais ou Federais, com antecedência de 05 (cinco) dias da data prevista para a realização da apresentação artística a que se refere o presente CONTRATO.
- **5.5.** Obriga-se ainda o CONTRATANTE, sob pena de rescisão imediata dopresente CONTRATO, nos mesmos moldes do parágrafo anterior, a não realizar e não permitir que se realize no dia, no mesmo palco e horário, previsto para a apresentação do ARTISTA, nenhuma outra atração artística de qualquer natureza, seja a que título for, sob qualquer hipótese, alegação ou pretexto.

#### CLÁUSULA SEXTA – TRIO, CAMARIM E EQUIPE DE SEGURANÇA

- **6.1.** Será de exclusiva responsabilidade do CONTRATANTE, ficando às suas expensas, para a realização do espetáculo objeto deste CONTRATO.
- **6.1.1.** O CONTRATANTE obriga-se a ter um eletricista, o qual deverá permanecer no local por ocasião da montagem e desmontagem dos equipamentos de som e luz e durante toda a realização do evento.
- **6.1.2.** O espetáculo poderá ser interrompido a qualquer momento, se ficar constatado o comportamento inadequado do público presente em relação ao artista e/ou sua equipe, ficando claro que, neste caso, a CONTRATADA não terá qualquer responsabilidade ou multa, considerando assim o espetáculo ora contratado como realizado.

#### CLÁUSULA SETIMA - O RIDER TÉCNICO

**7.1.** Será enviado pelo CANTOR para o CONTRATANTE após a assinatura deste CONTRATO, e deverá ter autorização prévia do produtor técnico responsável pelo ARTISTA.



#### **CLÁUSULA OITAVA - EQUIPAMENTOS**

- **8.1**. Fica sob a integral responsabilidade do CONTRATANTE a contratação e pagamento dos equipamentos de som e luz, de acordo com as especificações que lhe serão entregues por ocasião da assinatura do presente CONTRATO, responsabilizando-se ainda, por seu transporte, montagem e desmontagem, além de eventual operação.
- **8.1.1.** A CONTRATANTE deverá contar com 01 (um) gerador de energia, um quadro elétrico, dentro das normas técnicas da concessionária de energia elétrica local, sendo que o combustível para o funcionamento dos geradores será por conta da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA NONA- DA DIVULGAÇÃO

- **9.1.** Será de exclusiva responsabilidade e correrá às expensas do CONTRATANTE a preparação, produção e veiculação das peças publicitárias.
- **9.1.1.** Fica desde já vedada a reprodução, publicação, divulgação ou exteriorização por quaisquer meios ou veículos de comunicação, seja televisão, cinema, teatro, exposições, inclusive internet e circuito fechado de TV, das imagens obtidas durante o show do artista, ressalvadas aquelas divulgadas para fins de promoção e publicidade dos shows ou ainda para edição jornalística, as quais, necessariamente, deverão ter tido autorização expressa da CONTRATADA, anteriormente à utilização das referidas imagens.
- **9.1.2.** Em sendo autorizada pela CONTRATADA, a reprodução de imagens dos shows para as exceções contidas no "caput" desta cláusula, estabelece-se, neste ato, que as referidas imagens não poderão ultrapassar a duração de 30" (trinta segundos).
- **9.1.3.** Eventuais patrocinadores do evento, que celebrarem contrato ou acordo diretamente com o CONTRATANTE, deverão ser aprovados e autorizados previamente pela CONTRATADA, evitandose assim, incompatibilidade da marca ou produto do patrocinador com a imagem pública dos ARTISTAS da CONTRATADA, bem como o uso indevido da imagem do ARTISTA, haja vista que o presente CONTRATO não contempla direito de imagem, sendo, desta forma, vedado terminantemente o uso da imagem do ARTISTA na promoção ou divulgação de produtos ou estabelecimentos que apoiem o evento. Se o CONTRATANTE divulgar qualquer material promocional sem a prévia e expressa autorização da CONTRATADA, esta poderá de imediato requerer a suspensão da mesma, além de sujeitar a CONTRATANTE ao pagamento de multa em valor igual ao do presente CONTRATO, facultado, ainda, a CONTRATADA considerar rescindido o presente instrumento.
- **9.1.4.** A CONTRATADA não se responsabilizará por propagandas que não estejam de acordo com a Legislação vigente no Município e Estado onde se realizará o show.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DANOS MATERIAIS E MORAIS

- **10.1.** O CONTRATANTE assume expressamente a responsabilidade pelo ressarcimento de quaisquer danos ocasionados a terceiros que ocorrem durante e depois da apresentação do show ora contratado, decorrentes de falhas e natureza técnica, imprudência ou imperícia nas instalações dos equipamentos, curtos-circuitos, incêndios, desabamentos, acidentes provocados por excesso de lotação ou imperícia de lotação ou imperícia técnica ou na segurança, etc.
- 10.1.1. Assume o CONTRATANTE igualmente, toda a responsabilidade por eventuais danos causados aos bens pertencentes aos ARTISTAS e à CONTRATADA, independentemente de dolo ou culpa própria ou de terceiros, extensiva essa responsabilidade aos casos de perda, furtos simples ou motivados por caso fortuito ou de força maior, comprometendo-se e obrigando-se pela restauração



e/ou restituição do equipamento, a critério da CONTRATADA, sempre em iguais quantidades, modelos e marcas, estendendo a responsabilidade ao período entre a chegada dos referidos equipamentos à cidade até a sua retirada, para destino seguinte.

**10.1.2.** O CONTRATANTE responderá isoladamente por todos e quaisquer danos materiais e/ ou morais a que sejam submetidos ou experimentem a CONTRATADA, o CANTOR ou terceiros que decorram direta ou indiretamente do objeto desse contrato, desde que provocados por sua imprudência, imperícia ou negligência, destacando-se nessas prováveis ações ou omissões, notadamente, mas não restrito, ao cumprimento das formalidades legais inerentes ao espetáculo, ausência de pagamentos mesmo que a terceiros, também em razão do espetáculo, possíveis tumultos por falta de segurança, atrasos em transporte e outros.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

- 11.1. Na forma do que dispõe o art. 117 da Lei n.º 14.133, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, ficara a cargo dos servidores nomeados através de portaria, deste órgão para acompanhar, fiscalizar e notificar a execução do presente Contrato, em pleno acordo com as especificações contidas no Termo de Referência e Proposta do Contratada.
- **11.2.** À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do Contrato com as normas especificadas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.
  - 11.3. A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.
- **11.4.** O servidor designado anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Contrato, sendo-lhe assegurada à prerrogativa de:
- I Fiscalizar e atestar o fornecimento, de modo que sejam cumpridas integralmente ascondições estabelecidas neste Contrato;
- II Comunicar eventuais falhas no fornecimento, cabendo à CONTRATADA adotar as providências necessárias;
- **III -** Garantir à **CONTRATADA** toda e qualquer informação sobre ocorrências ou fatos relevantes relacionados com o fornecimento;
- IV Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicações de sanções e alterações do mesmo;
- V A fiscalização exercida pela **CONTRATADA** não excluirá ou reduzirá aresponsabilidade da **CONTRATADA** pela completa e perfeita execução do objeto contratual.
- **12.3.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas **a Secretária Municipal**, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- **12.4.** Não obstante a **CONTRATADA** seja a única e exclusiva responsável pela execução deste Contrato, a **CONTRATANTE** reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessas responsabilidades, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o fornecimento, diretamente ou por prepostos designados.
- **12.5.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- **12.6.** As empresas poderão protocolar seus pedidos quando tratar-se de CONTRATO através do seguinte endereço eletrônico: gestaodecontratos130@gmail.com



#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA NÃO APRESENTAÇÃO DO SHOW

- 12.1. A não apresentação do CANTOR, por força da não realização do espetáculo por impedimento de qualquer órgão público ou entidade de classe, ou por falta de providência do CONTRATANTE, mas não limitado, obriga, da mesma forma, o CONTRATANTE ao integral cumprimento das obrigações previstas neste CONTRATO, especialmente, mas não limitado, ao que se refere aos pagamentos conforme discriminado nas Cláusulas Segunda e Terceira, e demais despesas decorrentes do evento ainda que não realizado.
- 12.2. No caso da não apresentação pela ausência do CANTOR em virtude de casos fortuitos e alheios a sua vontade, tais como, mas não limitado a, doença devidamente comprovada, acidente, impossibilidade de acesso ao local de evento, inclusive por falta de condiçõesatmosféricas que permitam o pouso e/ ou decolagem de aeronaves, falha mecânica de veículos de transporte dos ARTISTAS, equipe ou equipamentos, atraso de avião, cancelamento do voo, catástrofes de qualquer natureza, risco de contágio, adotando-se como solução, para a hipótese, a designação de nova data para a realização do show de acordo com a disponibilidade da agenda do CANTOR, isentadas, desde já, ambas as partes de qualquer pena ou multa contratual.
- **12.3.** Nos casos de eventuais cancelamentos, conforme o "caput" desta cláusula caberá ao CONTRATANTE, arcar com os custos relativos para a execução e produção do show na nova data, inclusive transportes, hospedagens, alimentação, sonorização, iluminação, palco, etc...
- **12.4.** A não apresentação do espetáculo objeto do presente CONTRATO nos casos de calamidade pública, luto oficial, decreto por autoridade competente ou outro fenômeno catastrófico de qualquer natureza, adotar-se-á como solução para a hipótese, a designação de nova data para a realização do show de acordo com a disponibilidade da agenda do ARTISTA, isentadas desde já ambas as partes de qualquer pena ou multa contratual.
- **12.5.** A não apresentação do espetáculo objeto do presente CONTRATO pelaausência injustificada do CANTOR acarretará o pagamento da multa contratual prevista além da devolução das quantias já pagas pelo CONTRATANTE para a CONTRATADA.
- **12.6.** Salvo nos casos específicos em que está consignada multa específica, a parte que infringir quaisquer das demais cláusulas e condições deste CONTRATO, ficará sujeita à multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor descrito na Cláusula Segunda.

#### CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - OUTRAS PENALIDADES

- 13.1. No caso da eventual inadimplência do CONTRATANTE, quanto ao cumprimento de quaisquer das suas obrigações estipuladas nas cláusulas acima, notadamente aquelas especificadas nas Cláusulas Segunda e Terceira, considerar-se-á, automaticamente rescindido o presente CONTRATO, independentemente de qualquer compromisso assumido, perante o CONTRATANTE, ficando desde já a CONTRATADA autorizada a negociar a presença do CANTOR em qualquer outra praça ou local, de acordo com suas necessidades ou interesses, ficando ainda desobrigados (CONTRATADA e CANTOR) com relação a qualquer pagamento, devolução de parcelas pagas, ou indenização, seja a que título for.
- **13.2**. Também correrá por conta da parte infratora todas as despesas e honorários advocatícios e multas cabíveis dentro da lei em vigência de nosso País.
- **13.3**. Comete infração administrativa o contratado que cometer quaisquer das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
  - 13.3.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;



- **13.3.2.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que causa grave dano à CONTRATANTE, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - 13.3.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
  - **13.3.4** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- **13.3.5.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- **13.3.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- **13.3.7**. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- **13.3.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
  - 13.3.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - 13.3.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- **13.3.11.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
  - **13.3.12.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- **13.4.** O fornecedor ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
  - Advertência, pela falta o subitem 13.3.1, quando não se justificar penalidade mais grave;
  - Multa Compensatória de:
- a) de 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do item prejudicado, nos casos previstos nos subitens 13.3.1, 13.3.4 e 13.3.6;
- b) de 10% (dez por cento) até 20% (quinze por cento) sobre o valor estimado do item prejudicado, nos casos previstos nos subitens 13.3.3, 13.3.5, 13.3.7;
- c) de 20% (vinte por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do item prejudicado, nos casos previstos nos subitens 13.3.2 e de 13.3.8 a 13.3.12;
- d) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 16.3.2 a 16.3.7 deste contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 13.3.8 a 13.3.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- **13.5**. A sanção de multa moratória prevista pelo item 13.3 não impede a aplicação da multa compensatória prevista pelo item 13.3.2 deste.
  - **13.6.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- **13.7.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- **13.8.** A aplicação das sanções previstas neste edital, em hipótese alguma, atenua a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE.
- **13.9.** Em qualquer caso de aplicação de sanção, será assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa da CONTRATADA.



- **13.10**. Na aplicação das penalidades previstas neste edital deverão ser observadas todas as normas contidas no Lei Federal nº 14.133/2021, e quaisquer legislações municipais ou federais pertinentes.
- **13.11.** A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial de Contas do Estado (TCE-SE) e no caso de suspensão de licitar, o Licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das demais cominações.

#### CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DA NEGOCIAÇÃO COM TERCEIROS

**14.1.** Na hipótese da CONTRATADA justificadamente não ter a possibilidade de cumprir o objeto desde contrato, seja por motivos de força maior ou caso fortuito, para que não haja a falha na conclusão da prestação do serviço público, prejudicando o prestígio do evento, caberá a CONTRATADA, através de comunicado formal, substituir a atração musical, desde que haja aceite formal por conta do CONTRATANTE, sendo a CONTRATADA responsável pelo referido pagamento do terceiro substituto e responsável pela realização do espetáculo.

#### CLÁUSULA DECIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

- **15.1.** O repertório será de inteira responsabilidade e escolha da CONTRATADA e com isso o CONTRATANTE não poderá se opor.
- **15.2.** Caso haja o cancelamento deste CONTRATO com prazo de antecedência mínima de até 15 (quinze) dias em relação à data do espetáculo, caso já tenha ocorrido pagamento antecipado, haverá devolução do valor, como também, pagará uma multa equivalente a 20% (vinte por cento), ao valor total do cachê.

#### CLÁUSULA DECIMA SEXTA - DAS PRERROGATIVAS

- **16.1.** A **CONTRATADA** reconhece os direitos do **CONTRATANTE** relativos ao presente Contrato e à rescisão administrativa de que trata o art. 104 da Lei nº. 14.133/2021, bem como as prerrogativas abaixo elencados:
- **16.1.1**. Modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da **CONTRATADA**;
  - **16.1.2.** Extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei;

fiscalizar sua execução;

- 16.1.3. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
- **16.1.4**. Ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:
  - 16.1.4.1. risco à prestação de serviços essenciais;
- **16.1.4.2.** necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.

#### CLÁUSULA DECIMA SETIMA - DAS ALTERAÇÕES

- **17.1.** Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência dos fatos estipulados no artigo 124, da Lei nº 14.133/21.
- **17.2.** É admissível a alteração subjetiva do contrato proveniente da fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA** em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica:
  - 17.2.1. Todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;



- 17.2.2. Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;
- 17.2.3. Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado; e
- 17.2.4. Haja a anuência expressa da CONTRATANTE à continuidade do contrato;
- 17.3. A CONTRATADA é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- **17.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 17.5. O presente CONTRATO também encerra todas as tratativas entre CONTRATANTE e CONTRATADA, não sendo admitido, pois, qualquer tipo de reivindicação quanto ao que aqui não esteja expressamente previsto, contratado e sobre o que tenham acordado as partes. Especialmente, não terão qualquer validade acertos praticados por terceiros, mesmo que funcionários da CONTRATADA ou do CONTRATANTE, que não estejam endossados por escrito pelos representantes legais de ambas, devendo todas e quaisquer correspondências de parte a parte seguir com protocolo ou através de carta registrada, para o endereço que consta do presente instrumento, permitido o uso do E-MAIL desde que posteriormente confirmados sobre seu efetivo recebimento, ficando obrigadas, ambas as partes, a comunicar imediatamente acerca de eventual alteração de endereço eletrônico.

#### CLÁUSULA DECIMA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- **18.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com o contrato e seus anexos;
- **18.2.** Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- **18.3.** Atestar nas notas fiscais ou faturas a efetiva entrega do objeto deste contrato, conforme ajuste representado pela nota de empenho;
  - **18.4.** Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas em lei e no contrato, quando for o caso;
- **18.5.** Fornecer à **CONTRATADA** todas as informações relacionadas com o objeto do presente contrato
- **18.6.** Efetuar o pagamento a **CONTRATADA** do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos, efetuando a retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;
- **18.7.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- **18.8.** Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela **CONTRATANTE**, o cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas.
- **18.9.** Cientificar o Departamento de Gestão de Contratos para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.
- **18.11.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no termo de referência e seus anexos.
- **18.12.** A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer



dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

- **18.13.** Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- **18.14**. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, em havendo garantia contratual.

#### CLÁUSULA DECIMA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- **19.1.** A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações deste Termo de Referência, edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.
- 19.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- **19.3**. Executar o objeto contratado no local e forma indicada pela **CONTRATANTE**, obedecendo aos prazos estipulados.
- **19.4.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 19.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- **19.6.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia e expressa anuência do **CONTRATANTE**;
- 19.7. Credenciar junto ao CONTRATANTE um representante e número de telefone e e- mail para prestar esclarecimentos e atender as solicitações, bem como reclamações que porventura surgirem durante a execução contratual;
- 19.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à CONTRATANTE ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelA CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 19.9. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE** ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.
- **19.10.** Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- **19.11.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**;
- **19.12.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.



- **19.13.** Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- **19.14**. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- **19.14.1.** Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- **19.15.** Comunicar ao Fiscal do contrato, imediatamente, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- **19.15.1.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- **19.16.** Mobilizar e disponibilizar todos os recursos, materiais, ferramentas e profissionais necessários para a perfeita execução dos serviços;
- **19.17.** Iniciar os serviços no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, em exato cumprimento as especificações estabelecidas no Termo de Referência.
  - 19.18. Cumprir impreterivelmente os prazos estipulados no contrato e Termo de Referência.
- **19.19.** Providenciar o transporte dos equipamentos necessários para a prestação dos serviços e que necessitem sofrer manutenção preventiva ou corretiva, a qual não possa ser efetuada no próprio local, sem ônus adicional para a **CONTRATANTE**.
  - 19.20. Empregar boa técnica na prestação dos serviços;
- **19.21.** Caberá à **CONTRATADA** todo o seguro dos materiais e equipamentos sob sua responsabilidade, e também seguro de acidente de trabalho para todos os que trabalham sob sua supervisão.
  - 19.22. A CONTRATADA deve ser responsável pela qualidade dos serviços prestados.
- **19.23.** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- **19.24.** Apresentar ao **CONTRATANTE**, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviçO.
- **19.25.** Observar, na emissão das notas fiscais para pagamento, o disposto pela Lei Complementar Municipal nº 046, de 28 de dezembro de 2006 e alterações, as regras de retenção do Imposto de Rendas dispostas na Instrução Normativa nº RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, bem como Decreto Municipal nº 6221/2023 sob pena de não aceitação por parte do **CONTRATANTE**.

#### CLÁUSULA VIGESIMA- DAS VEDAÇÕES

- 20.1. É vedado à CONTRATADA:
  - 20.1.2. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- **20.1.3.** Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.



#### CLÁUSULA VIGESIMA PRIMEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

- **21.1.** A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:
- a) o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- b) o tratamento seja limitado às atividades necessárias para o alcance das finalidades do serviço contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;
- c) em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares, ficará consentido, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação do CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão, os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros finalidades;
- d) Uma parte deverá informar à outra, sempre que receber uma solicitação de um Titular de Dados, a respeito de Dados Pessoais da outra Parte, abstendo-se de responder qualquer solicitação, exceto nas instruções documentadas ou conforme exigido pela LGPD e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

#### CLÁUSULA VIGESIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

**22.1.** O CONTRATANTE providenciará a publicação deste contrato no Diário Oficial do Município, através do portal da transparência e no portal compras.gov.br nos termos do art. 174 da Lei n. 14.133/2021, considerando a não implantação do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para fins de garantia a ampla publicidade.

#### CLÁUSULA VIGESIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

- **23.1.** Este contrato terá vigência de 02 (dois) meses, contados da data da assinatura das partes, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.
- **23.1.1.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os prazos referidos neste Contrato em dia de expediente na Prefeitura, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

## CLÁUSULA VIGESIMA QUARTA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E DOS CASOS OMISSOS

#### 24.1. O presente Contrato fundamenta-se:

- I nos termos de Inexigibilidade de Licitação nº 038/2025/PML que, simultaneamente:
  - Constam do Processo Administrativo nº 083.0222/2025/PML que o originou;
  - Não contrariem o interesse público;
- II nas demais determinações da Lei nº. 14.133/2021.
- III nos preceitos do Direito Público;



- IV supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.
- 24.2. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato reger-se-ão pelas disposições contidas na Lei 14.133, de 2021, subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste contrato, independentemente de suas transcrições:

#### CLÁUSULA VIGESIMA QUINTA - DO FORO

25.1. As partes elegem, para a discussão de todas as questões ou dúvidas oriundas do presente CONTRATO, e que não comportem solução amigável, o Foro da Comarca da Cidade de Lagarto, Estado de Sergipe, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, e independentemente do domicílio atual e/ou futuro das partes contratantes. E assim, por estarem justos, avençados e contratados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito, na presença das duas testemunhas infra-assinadas.

Lagarto/SE, 13 de junho de 2025.

**CONTRATANTES:** 

SUELY SILVA NASCIMENTO

Assinado de forma digital por SUELY SILVA NASCIMENTO

MENEZES:5571822 MENEZES:55718221553 Dados: 2025.06.13 17:08:18 -03'00'

SUELY SILVA NASCIMENTO MENEZES

Prefeita Interina Municipal

Documento assinado digitalmente

CONTRATADO:

FRANCISCO IVANILSON TAVARES MOREIRA Data: 13/06/2025 14:19:18-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

#### FRANCISCO IVANILSON TAVARES MOREIRA

Representante Legal

#### **TESTEMUNHAS:**

LEONARDO VINNICIUS Assinado de forma digital por LEONARDO VINNICIUS SANTOS MARQUES:06480364562

CPF: MARQUES:06480364562 Dados: 2025.06.13 17:13:44-03'00'

II -

CPF:



#### ANEXO I CONTRATO N° 053/2025/PML

#### NOTA PROMISSÓRIA № 001/2025

Contrato nº.053/2025/PML

Vencimento: 15/06/2025

R\$ 75.000,000

No dia 15/06/2025 pagar, por esta única via de **NOTA PROMISSÓRIA**, à Prefeitura Municipal De Lagarto, Estado de Sergipe, inscrita no CNPJ Nº **45.288.591/0001-82** ou à sua ordem, a quantia de **R\$ 75.000,000** (setenta e cinco mil reais), em moeda corrente deste país.

Lagarto/SE, 13 de junho de 2025.

GOVADT FRANCISCO IVANILSON TAVARES MOREIRA
Data: 13/06/2025 14:18:22-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

## BRASAS DO FORRÓ COMERCIO E LOCAÇÃO DE MATERIAL LTDA CNPJ: 03.657.268.0001-99

Contratada

Localizada à Av. Siqueira Campos, nº. 409, sala 02, Bairro: Siqueira, CEP:61.923-115, Tel: (79) 99676.0035, endereço eletrônico: documentacoesbandas@gmail.com



### Contrato nº 2025.05.05-04/2025

Última atualização 05/08/2025

Local: Trairi/CE Órgão: MUNICIPIO DE TRAIRI Unidade executora: 15 - SECRETARIA DE CULTURA

Tipo: Contrato (termo inicial) Receita ou Despesa: Despesa Processo: PC.25.04B06-0001

Categoria do processo: Serviços

**Data de divulgação no PNCP:** 21/07/2025 **Data de assinatura:** 05/05/2025 **Vigência:** de 05/05/2025 a 31/12/2025

Id contrato PNCP: 07533946000162-2-000065/2025 Fonte: ASSESI BRASIL

Id contratação PNCP: <u>07533946000162-1-000080/2025</u>

#### Objeto:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE APRESENTAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DO GRUPO MUSICAL BRASAS DO FORRÓ, AO VIVO EM EVENTO A SER REALIZADO NO DIA 18 DO MÊS DE JULHO DE 2025,L EM COMEMORAÇÃO AOS TRADICIONAIS FESTEJOS JUNINOS NO IV CHITÃO SOU LOUCO POR TI, COM DURAÇÃO DE 1:40 HRS (UMA HORA E QUARENTA MINUTOS), NO MUNICÍPIO DE TRAIIR-CE, JUNTO A SECRETARIA DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE TRAIRI-CE.

#### VALOR CONTRATADO

R\$ 150,000,00

#### FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica CNPJ/CPF: 03.657.268/0001-99 Consultar sanções e penalidades do fornecedor

Nome/Razão social: BRASAS DO FORRO COMERCIO E LOCACAO DE MATERIAL LTDA

### 



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.gestao.gov.br

0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS





Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso.** 





CONTRATO N° 2025.05.05-04 ASPEC N° 2025.05.05-04

Ref.: PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1604.01.2025.IN

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TRAIRI ATRAVÉS DA SECRETARIA DE CULTURA E A EMPRESA BRASAS DO FORRÓ COMERCIO E LOCAÇÃO DE MATERIAL LTDA

O MUNICÍPIO DE TRAIRI entidade jurídica de direito público interno, com sede na Av Miguel Pinto Ferreira, n°356, CEP 62.690-000, inscrita no CNPJ nº 07.533.946/0001-62, nesse ato representado pelo Secretário de Cultura, o Sr. Antônio Juscelino Barbosa dos Santos, de agora em diante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa BRASAS DO FORRÓ COMERCIO E LOCAÇÃO DE MATERIAL LTDA, sob n° CNPJ 03.657.268/0001-99, com endereço na Rua Siqueira Campos, 409, Siqueira, Maracanaú-CE, CEP: 61.923-115, empresário exclusivo do GRUPO MUSICAL BRASAS DO FORRÓ, representada por sua titular, Sr. Francisco Ivanilson Tavares Moreira, portador do CPF 022.785.363 62, onde o CONTRATADO utilizando suas prerrogativas legais, com base no artigo 74, Inciso II da Lel Federal 14.133 de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores, combinado com o Decreto Municipal nº. 004/2024 do dia 15 de Janeiro de 2024, para casos de INEXIGIVEL LICITAÇÃO resolvem e acordam na proposta apresentada no ato de INEXIGIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1604.01.2025.IN, resolvem e acordam na celebração do presente INSTRUMENTO CONTRATUAL, mediante as cláusulas a seguir:

#### CLÁUSULA I - DO OBJETO

Contratação de serviços de apresentação de show artístico do grupo musical "BRASAS DO FORRÓ", ao vivo em evento a ser realizado no dia 18 do mês de julho de 2025, em comemoração aos tradicionais festejos juninos no IV Chitão "Sou Louco Por Ti", com duração de 1:40hrs (Uma hora e quarenta minutos), no Município de Trairi, junto a Secretaria de cultura, do Município de Trairi-CE, de acordo com a proposta da contratada e ato de inexigibilidade de Licitação, nos termos do Art. 74, Inciso II da Lei14.133 de 01 de Abril de 2021, e alterações posteriores, combinado com Decreto Municipal nº. 004/2024 do dia 15 de Janeiro de 2024.

#### CLÁUSULA II - DA APRESENTAÇÃO

A CONTRATADA, por força do presente contrato deverá realizar SHOW ARTÍSTICO, com a banda abaixo especificada, nas seguintes condições:

ARTISTA/BANDA	APRESENTAÇÃO	HORÁRIO	
BRASAS DO FORRÓ	IV CHITÃO SOU LOUCO POR TI	23:00hrs às 00:40hrs	

- § 1º Os shows deverão ter duração mínima de: 01:30hs (Uma hora e trinta minutos), ininterruptas para apresentação das artistas/bandas contratadas, devendo o horário estimado ser adequado com a produção do evento.
- § 2º Qualquer mudança na programação por parte do CONTRATANTE deverá ser comunicada com antecedência a CONTRATADA.
- § 3º Caso ocorra algum fato que impossibilite a apresentação, tais como fenômenos da natureza ou de força maior, não acarretará nenhum ônus para a CONTRATADA, ficando a mesma, no direito de recebimento do valor deste contrato. E assim remarcado uma nova data para a realização do evento de



Fone. (85) 3351 1606 Emait prefetura train@gmail.com www.traini.ce.gov.br





comum acordo com o CONTRATANTE e disponibilidade na agenda da atração ora contratada, ou impossibilidade de apresentação da mesma atração, em decorrência de casos fortuitos, dev comprovados, fica a CONTRATADA, na obrigação de substituir a atração por outra do mesmo niv

CLÁUSULA III - DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

Para cumprimento do que determina a CLÁUSULA II, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o valor global de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reals), pela execução do objeto ora contratado.

§ 1º A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais), equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor pactuado na data da assinatura do contrato, e a outra parcela restante até o día do evento.

§ 2º A CONTRATANTE, por meio de pagamento bancário em conta da contratada, ou outro meio de pagamento usualmente aceito, conforme o caso, nas datas pactuadas.

§ 3º Caso a CONTRATADA se negar a apresentar no día e horário citados na CLÁUSULA II, os valores pagos a título de adiantamento, serão ressarcidos ao CONTRATANTE, corrigidos com base na TR, mais incidência 0,5% (meio ponto percentual) ao mês, calculados na fração de 1/30 avos, a contar da data prevista para a apresentação.

#### CLÁUSULA IV - DO PERÍODO DE VIGÊNCIA:

O presente contrato se inicia da data de sua assinatura, isto é, em 06/05/2025 e expira se em 31/12/2025, prazo fixado para quitação das obrigações contratada, findo este prazo as partes não terão nenhuma obrigação para com a outra, salvo pagamentos que por ventura estejam pendentes.

#### CLÁUSULA V - REAJUSTE

Os precos inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis.

#### CLÁUSULA VI - DO CRÉDITO ORCAMENTÁRIO:

As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta da seguinte dotação: 1501 13 392 0024 2.081. Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00, subelemento: 3.3.90.39.99, Fonte de Recurso 1500000000.

#### CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS.

Ficam a cargo da CONTRATADA, as despesas com encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato, em conformidade com o art. 121 da Lei 14.133/2021.

#### CLÁUSULA VIII- DAS OBRIGAÇÕES

Constitui obrigação e responsabilidade do MUNICIPIO:

Disponibilizar o local do evento à CONTRATADA antes do dia do show;

A divulgação ampla do nome da banda / artista;

A segurança dos músicos, cantores, técnicos e integrantes da produção que participarem da apresentação;

A segurança das mesas de som e luz, bem como dos seus respectivos técnicos:

A liberação do espetáculo junto ao órgão oficial e o pagamento ao ECAD;

Colocar à disposição da CONTRATADA, no local do espetáculo, aparelhagens de sonorização condizentes e iluminação profissional.

Constitui obrigação da PESSOA JURÍDICA:

Fazer comparecer a Banda / artista no local e dia marcado, pontualmente no horário estipulado para apresentação do show.

Promover nos termos neste instrumento prescritos a s apresentações da banda / artista indicada na Cláusula primeira, sem possibilidade de sua substituição por qualquer outra banda / artista, salvo expressa anuência do MUNICÍPIO:



Fone: (85) 3351-1606 Email: prefeitura.tran@gmail.com www.traini.ce.gov.br





Efetuar o recolhimento de todos os encargos trabalhistas previdenciários e tributários decorr prestação de serviços objeto deste Contrato, excetuado os já retidos no pagamento.

Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas às reclamações se obriga a

pronta e irrestritamente.

A empresa assume como exclusivamente seus, os riscos eas despesas decorrentes do fornecimento o material, mão de obra, necessário à boa e perfeita realização do serviço ofertado. Responsabiliza se também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados,e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao Município ou a terceiros.

A EMPRESA reconhece por este instrumento que é responsável em qualquer caso por danos ou prejuízos que, eventualmente, venham sofrer: o MUNICÍPIO, coisa, propriedade ou pessoa de terceiros - em decorrência de sua culpa ou dolo na execução deste serviço, sejam eles causados por si, seus prepostos ou funcionários, bem como por pessoas por esta autorizada a permanecer no local do fornecimento, correndo por sua exclusiva expensa, os ressarcimentos ou indenizações que tais danos ou prejuizos possam motivar, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento exercido pelo MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA IX - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 9.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 9.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 9.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 9.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 9.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 9.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 9.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente clausula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 9.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 9.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 9.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 9.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 9.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.







9.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autonacional.

#### CLÁUSULA X - GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### CLÁUSULA XI - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO:

O presente contrato será rescindido na ocorrência das hipóteses previstas em especial nos Artigos 89 ao 95, bem como a qualquer dispositivo da Lei nº 14.133/2021 e suas posteriores alterações e, ainda nos seguintes casos:

§1º - Inadimplência de qualquer cláusula ou condição deste contrato, por infração de uma das partes, quando notificado por escrito pela parte não infratora e não atendida no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;

§ 2º - Transferência das obrigações aqui contratadas, parciais ou totalmente, a terceiros, sem a expressa autorização e concordância de ambas as partes, por escrito;

§ 3º - Os casos fortuitos ou de força maior, serão excludentes das responsabilidades da CONTRATADA e da CONTRATANTE, na forma do C.C.B.

#### CLÁUSULA XII - DA VINCULAÇÃO LEGAL:

O presente contrato será regido pela Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, bem como o Decreto Municipal nº 004/2024 do dia 15 de Janeiro de 2024 à qual as partes se sujeitam para resolução dos casos em que este instrumento for omisso.

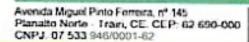
#### CLÁUSULA XIII - PENALIDADES:

A aplicação de penalidades decorrentes do não cumprimento dos prazos e condições avançadas neste contrato dar-se-á em conformidade com o disposto nos artigos 90 e 165 da Lei nº 14.133/2021, sendo as seguintes:

I - Advertência;

II - Multa:

- a) Multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato não executado, por dia de atraso que venha a ocorrer na execução deste com relação aos prazos estabelecidos na proposta e neste contrato;
- Multa compensatória de 10% até 30% sobre o valor total do contrato, independentemente de ter ocorrido inexecução total ou parcial, no caso de descumprimento de suas obrigações, hipótese que permitirá, ainda, a rescisão do Contrato com a aplicação de outras penalidades correspondentes.
- III Impedimento em participar de licitação e contratar com Administração Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- IV Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- a) Declarar se à inidôneo o ADJUDICATÁRIO que for responsável pela prática de algumas das infrações previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, sendo elas:
- I Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- II Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- III Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- IV Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- V Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- V Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.



Fone: (65) 3351-1606 Ernail: prefetura train@gmail.com www.train.ce.gov.tr





VI - As empresas punidas com impedimento em participar de licitação com a Prefeitura Municipal seus Fundos, Autarquias e demais entidades da Administração Direta e Indireta, ou que sejam de inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública serão incluídas no CAGEFIMP.

VII - As penalidades previstas nesta cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente.

#### CLÁUSULA XIV - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### CLÁUSULA XV - SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### CLÁUSULA XVI - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO:

Faz parte integrante e complementar deste contrato o Processo de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1703.01.2025.IN, independentemente de sua transcrição.

§ único – A CONTRATADA manterá durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo de Inexigibilidade de Licitação.

#### CLÁUSULA XVII - DO FISCAL DO CONTRATO

- A Gestão do Contrato será de responsabilidade da SECRETARIA DE CULTURA.
- II Fica designada como Fiscal de contrato, o requisitante da demanda, o servidor público o Sra. Rosângela Araújo de Moraes, Fiscal de Contrato, portaria nº 242/2025;
- III Na ausência do servidor supra designado, este designará servidor lotado na SECRETARIA DE CULTURA para a sua substituição.

#### CLÁUSULA XVIII - DOS CASOS OMISSOS

- 1.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos. CLÁUSULA XIX ALTERAÇÕES
- 1.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.3. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 1.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.
- 1.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

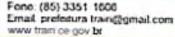
#### CLÁUSULA XX - PUBLICAÇÃO

Incumbiră à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

#### CLÁUSULA XXI - DO FORO

Fica eleito o Foro desta Comarca para dirimir eventuais dúvidas decorrentes da execução deste contrato.

As partes contratantes obrigam se por si e por seus sucessores, a qualquer título, cumprir o presente contrato. E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual









teor, o representante do CONTRATANTE e o representante da CONTRATADA, juntamente testemunhas, abaixo e a tudo presentes, para que se produzam os efeitos legais.

TRAIRI - CE, 05 de Maio de 2025.

presents assessed the present we

FRANCISCO NAVELSON FAVAURE MORRIDA BLAD NO TRANSPORT IN THE PERSON

Jacobs Bulleting (1996) in the July Colors Well Proposition (1996) in addition to good to

Antonio Juscelino B Santo

Secretário de Cultura CONTRATANTE BRASAS DO FORRÓ COMERCIO E LOCAÇÃO DE MATERIAL LTDA

Francisco Ivanilson Tavares Moreira CONTRATADO





- palmares.pe.gov.br
- o prefeiturapalmares



□ cultura@palmares.pe.gov.br

#### Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

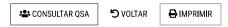
A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.



Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 28/08/2025 às 09:27:00 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, <u>clique aqui</u>.

Passo a passo para o CNPJ Consultas CNPJ Estatísticas Parceiros Serviços CNPJ



## CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: BRASAS DO FORRO COMERCIO E LOCACAO DE MATERIAL LTDA

CNPJ: 03.657.268/0001-99

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

- 1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 -Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
- 2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei n<sup>o</sup> 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <a href="http://rfb.gov.br">http://rfb.gov.br</a> ou <a href="http://www.pgfn.gov.br">http://www.pgfn.gov.br</a>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN  $n^{o}$  1.751, de 2/10/2014. Emitida às 14:00:39 do dia 24/07/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 20/01/2026.

Código de controle da certidão: **744A.ED41.1745.8EF2** Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



#### Certidão Negativa de Débitos Estaduais

Procuradoria Geral do Estado

202509714370

#### Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE			
Inscrição Estadual: 061909769			
CNPJ / CPF: 03657268000199			
RAZÃO SOCIAL: BRASAS DO FORRO COMERCIO E LOCACAO DE MATERIAL LTDA			

Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

EMITIDA VIA INTERNET EM 18/07/2025 ÀS 15:36:44 VÁLIDA ATÉ 16/09/2025

A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço www.sefaz.ce.gov.br

#### CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL

Número da Certidão:	2025.000006566997-95	Data de Emissão:	16/06/2025
<b>DADOS DO REQUERENTE</b> CNPJ:	03.657.268/0001-99		

Certificamos, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os registros existentes neste órgão, que o requerente acima identificado está em situação REGULAR perante a Fazenda Pública Estadual. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco.

A presente certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito da Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta certidão é válida até 13/09/2025 devendo ser confirmada sua autenticidade através do serviço "ARE VIRTUAL" na página www.sefaz.pe.gov.br.

Inválida para licitação no que se refere ao fornecimento de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou comunicação não compreendidos na competência tributária dos municípios se o requerente supracitado estiver localizado em Pernambuco.

OBSERVAÇÕES: NÃO INFORMADO

Emitido em: 16/06/2025 13:02:38



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACANAÚ SECRETARIA DE GESTÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS



### Nº 000005663

DADOS DO CONTRIBUINTE OU RESPONSÁVEL

Inscrição Contribuinte / Nome

#### 77929 - BRASAS DO FORRO COMERCIO E LOCACAO DE MATERIAL LTDA

Endereço Documento

R SIQUEIRA CAMPOS, 409 SALA: 02; C.N.P.J.: 03.657.268/0001-99

SIQUEIRA MARACANAÚ-CE CEP: 61923115

No. Requerimento

000005663/2025

Natureza jurídica

Pessoa Juridica

#### CERTIDÃO

**REQUERENTE:** 

DOCUMENTO:

PARA FINS DE :

N ° PROTOCOLO:

Certificamos para os devidos fins, que revendo os registros dos cadastros da dívida ativa e de inadimplentes desta Secretaria, constata-se - até a presente data - não existirem em nome do(a) requerente, nenhuma pendência relativa a tributos municipais.

A SEFIN se reserva o direito de inscrever e cobrar as dívidas que posteriormente venham a ser apurados. Para Constar, foi lavrada a presente Certidão.

MARACANAU-CE, 18 DE AGOSTO DE 2025

Esta certidão é válida por 060 dias contados da data de emissão

**VALIDA ATÉ:** 16/10/2025

COD. VALIDAÇÃO:00004411A00000077929





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACANAÚ CADASTRO MUNICIPAL

#### COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

CNPJ/CPF:

INICIO DA ATIVIDADE 18/02/2000 NÚMERO DE INSCRIÇÃO

235400 03657268000199

INSCRIÇÃO ESTADUAL / NIRE

61909769 / 23200848053

NOME EMPRESARIAL

BRASAS DO FORRO COMERCIO E LOCACAO DE MATERIAL LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME FANTASIA)

TIPO EMPRESA

Empresas

#### ATIVIDADE PRINCIPAL

PRODUÇÃO MUSICAL

#### CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS - PRINCIPAL

9001902 Produção musical

#### CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS - SECUNDÁRIA

5920100 Atividades de gravação de som e de edição de música

6810202 Aluguel de imóveis próprios

7729202 Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais

7739003 Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes

8230001 Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas

#### ATIVIDADES DA LISTA DE SERVIÇOS

592010000 - 14.08/14.08 5.0000% - Atividades de gravação de som e de edição de música

681020200 - 99.99/ . 0 0.0000% - Aluguel de imóveis próprios

772920200 - 99.99/ . 0 0.0000% - Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicai

773900300 - 99.99/ . 0 0.0000% - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes

823000100 - 17.10/17.09 5.0000% - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas

900190200 - 12.01/12.01 5.0000% - Produção musical

CEP LOGRADOURO

R SIQUEIRA CAMPOS

NÚMERO

409

COMPLEMENTO

SALA: 02;

BAIRRO/DISTRITO
SIQUEIRA

MUNÍCIPIO MARACANAU UF

SITUAÇÃO CADASTRAL

OPTANTE DO SIMPLES?

TIPO DE ESTABELECIMENTO

CE

ATIVO

NÃO

MATRIZ

TIPO DE CONTRIBUINTE

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL

08/05/2023

SITUAÇÃO ESPECIAL

DO MUNICÍPIO

MEI? NÃO

NORMAL

202.193.

GRAU DE RISCO

REGIME ATUALMENTE ENQUADRADO

CAEPF

DATA DE INSERÇÃO

05/06/2006

#### CARTÃO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PRODUTORES DE BENS E SERVIÇOS

Este cartão é o documento comprobatório de inscrição no cadastro de produtores de bens e serviços,

o qual deverá ser apresentado para tratar de qualquer assunto junto aos órgãos municipais.

Este comprovante não substitui o alvará de licença e funcionamento.

O prestador de serviços, não obrigado ao uso da nota fiscal (autônomo), deverá apresentar "CICPBS" quando prestar serviços a terceiros, evitando retenção na fonte.



VISTO DO SETOR DE ARRECADAÇÃO

**ASSINATURA DO CONTRIBUINTE** 

Voltar

**Imprimir** 



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 03.657.268/0001-99

Razão
Social:

BRASAS DO FORRO COMERCIO E LOCACAO DE MATERIAL LTDA ME

**Endereço:** RUA SIQUEIRA CAMPOS 409 A / SIQUEIRA / FORTALEZA / CE / 60732-260

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 26/08/2025 a 24/09/2025

**Certificação Número:** 2025082605270895178452

Informação obtida em 02/09/2025 11:55:07

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



#### CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

CNPJ: 03.657.268/0001-99 Certidão nº: 42444993/2025

Expedição: 24/07/2025, às 14:01:12

Validade: 20/01/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que o CNPJ sob o nº 03.657.268/0001-99, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

Certidão expedida sem indicação do nome/razão social, tendo em vista que o CPF/CNPJ consultado não figura na última versão da base de dados da Receita Federal do Brasil - RFB enviada ao Tribunal Superior do Trabalho - TST. Para saber a situação desse CPF/CNPJ, consulte o sítio da RFB (www.receita.fazenda.gov.br).

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

#### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



# ESTADO DO CEARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE MARACANAÚ

## CERTIDÃO DE FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL (LEI 14.133/2021) (PESSOA JURÍDICA / 1º GRAU / CÍVEL)

CERTIFICA, a requerimento da parte interessada, que consultando nos Sistemas Informatizados do Serviço de Distribuição desta Comarca, em relação ao(s) Polo(s) PASSIVO OU ATIVO, dos processos de Natureza Cível, EM TRÂMITE, verificou NADA CONSTAR, em nome de BRASAS DO FORRO COMERCIO E LOCACAO DE MATERIAL LTDA - ME, CNPJ n° 03.657.268/0001-99.

CERTIFICA que, esta certidão só é válida por 30 (trinta) dias, a contar da data de sua emissão

O referido é verdade e dou fé.

#### **MARACANAÚ**

Segunda-feira, 1 de Setembro de 2025 às 14:34:30

#### Observações:

- a) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário:
- b) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada conforme informações no rodapé;
- c) a consulta inclui as seguintes classes: FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL;
- d) esta certidão é expedida nos termos da Resolução 13/2019, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.





#### MINISTÉRIO DA ECONOMIA

#### CARTÃO DE INSCRIÇÃO DE CONTRATANTE

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro de Registro de Contratante e com o que dispõe a Lei nº 6533, de 1978 o Decreto nº 82385, de 1978 e a Portaria nº 3.346, de 30 de setembro de 1986, o contratante BRASAS DO FORRO COMERCIO E LOCACAO DE MATERIAL LTDA, CNPJ: 03.657.268/0001-99, foi registrado(a) sob o número 0000044/CE, em 28/12/2021, conforme processo nº 14022.176578/2021-25, estando apto a contratar Artistas, Técnicos em Espetáculos de Diversões ou Músicos pelo período de um ano a contar da data da emissão deste Cartão.



#### MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Este documento é expedido gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Sistema Informatizado de Registro Profissional - Sirpweb, na Internet, no endereço: http://sirpweb.mte.gov.br/sirpweb, por meio do código 691974.

Emitido às 12:41 de 04/01/2022

Este documento é válido em todo território nacional e até a data de 28/12/2022 podendo ser renovado desde de que atendidas as especificações legais.



### **CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO**

Certidão Negativa Correcional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: BRASAS DO FORRO COMERCIO E LOCACAO DE MATERIAL LTDA

CPF/CNPJ: 03.657.268/0001-99

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, relativos ao CPF/CNPJ consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os <u>Sistemas ePAD e CGU-PJ</u> consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O <u>Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)</u> apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O <u>Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)</u> apresenta a relação de empresas que sofreram quaisquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O <u>Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM)</u> apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 11:33:57 do dia 02/09/2025, com validade até o dia 02/10/2025.

Link para consulta da verificação da certidão <a href="https://certidoes.cgu.gov.br/">https://certidoes.cgu.gov.br/</a>

Código de controle da certidão: IRAM71TDR1ATtP1TwT6C

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



## CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS) 1ª e 2ª Instâncias

**CERTIFICAMOS que**, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 02/09/2025, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

#### BRASAS DO FORRO COMERCIO E LOCACAO DE MATERIAL LTDA

03.657.268/0001-99

#### **OBSERVAÇÕES:**

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 80, § 20 da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) As certidões de Falência e Recuperação Judicial, Cível ou Especial atendem ao disposto no inciso II do artigo 69 da Lei 14133/2021.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 02/09/2025

Selo digital de segurança: 2025.CTD.LBWN.ZCMU.3ML0.KH98.A11K

\*\*\* VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS \*\*\*

02/09/2025 11:50:15



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM Governo do Estado do Ceará Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Ceará Junta Comercial do Estado do Ceará

### Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial:	BRASAS DO FORRO COMERCIO E LOCACAO DE MATERIAL LTDA			
Natureza Jurídica:	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
Número de Identificaçã Registro de Empresas -		CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
2320084805-3		03.657.268/0001-99	18/02/2000	01/02/2000

Endereço Completo:

RUA SIQUEIRA CAMPOS 409 SALA: 02; - BAIRRO SIQUEIRA CEP 61923-115 - MARACANAU/CE

Objeto Social:

PRODUCAO MUSICAL, ATIVIDADES DE GRAVACAO DE SOM E DE EDICAO DE MUSICA, ALUGUEL DE MOVEIS, UTENSILIOS E APARELHOS DE USO DOMESTICO E PESSOAL, INSTRUMENTOS MUSICAIS, ALUGUEL DE PALCOS, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORARIO, EXCETO ANDAIMES, SERVICOS DE ORGANIZACAO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSICOES E FESTAS, ALUGUEL DE IMOVEIS PROPRIOS.

Capital Social: CINQUENTA MIL RE. Capital Integralizad CINQUENTA MIL RE.	o: R\$ 50.000,00	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte MICRO EMPRESA (Lei Complementar	Prazo de Duração INDETERMINADO
C	dadaa	nº123/06)	/

Sócio(s)/Administrador(es)

CPF/NIRE Nome Térm. Mandato Participação Função

022.785.363-62 FRANCISCO IVANILSON TAVARES MOREIRA xxxxxxx R\$ 25.000,00 SÓCIO / ADMINISTRADOR

457.457.813-00 MANOEL HOZANAN DE MORAIS FILHO XXXXXXXX R\$ 25.000,00 SÓCIO / ADMINISTRADOR

Status: XXXXXXXX Situação: ATIVA

Último Arquivamento: 21/10/2022 Número: 5895061

Ato 002 - ALTERACAO

Evento(s) 2244 - ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)

2015 - ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL
 2001 - ENTRADA DE SOCIO/ADMINISTRADOR
 2005 - SAIDA DE SOCIO/ADMINISTRADOR

Empresa(s) Antecessora(s)

Nome Anterior Nire Número Aprovação UF Tipo Movimentação
BANDA MUSICAL BRASAS DO FORRO LTDA ME 2320084805-3 20040895424 xx ALTERAÇÃO DE NOME EMPRESARIAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEC (http://www.jucec.ce.gov.br) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

Validação por envio de arquivo (upload)

2) Validação visual (digite o nº C230000628505 e visualize a certidão)





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM Governo do Estado do Ceará Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Ceará Junta Comercial do Estado do Ceará

### Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: BRASAS DO FORRO COMERCIO E LOCACAO DE MATERIAL LTDA

Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela

Nire CNPJ Endereço

NADA MAIS#

Fortaleza, 22 de Setembro de 2023 16:14

CAMPAGE ISTA MONTEIRO

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEC (http://www.jucec.ce.gov.br) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

1) Validação por envio de arquivo (upload)

2) Validação visual (digite o nº C230000628505 e visualize a certidão)



Bosi A solva 2 Ima

CAPITELION DE IDENTITADE

Polegar Direito

CIBOLIBEST O COOL MY WORLN

93002325853

EXPEDIÇÃO

8 02/2012

NOME JOSE AIRTON SILVA E LIMA

RAIMUNDO FERREIRA LIMA FILIAÇÃO

MARIA CLEIDE SILVA DE LIMA

QUIXADA · CE

18/07/1964

DOC. ORIGEM

CERT. CASAM.. C/ AVERB. DIV - CARTÓRIO:4 ZONA

TERMO: 28380

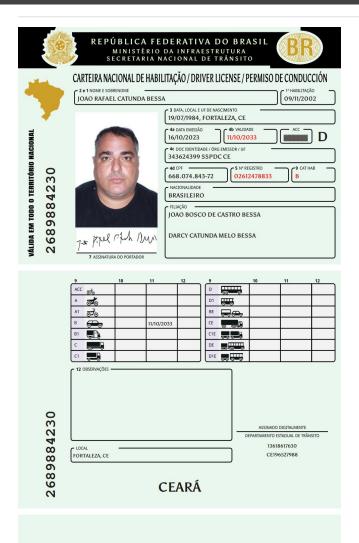
FOLHA: 266V LIVRO: B-48 FORTALEZA - CE

CPF 686.186.033-68

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI NE 7 116 DE 29/08/83

C



t e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos - Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir - 3. Data e casi de Naciomento / Date and Place el Birth DDMM/YHY / Fecha y Lugar de Naciomento - 46. Data de femissão / Issuing Date DDMM/YHY / Fecha de Habilitação / Souring Date DDMM/YHY / Fecha de Habilitação / Souring Date DDMM/YHY / Fecha de Habilitação / Souring Date DDMM/YHY / Valido Haista - ACC - 42. Documento il Sedendado - Opio amisor / Fechipo Documento de Lefendiación - Autoridad Expedidora - 44. CPF - 5. Número de regions de ACIV / Other License Number / Número de Permiso de Conducir - 9. Aleggina de Veloción de Cardenia de Habilitação / Driver License Lissa / Calegojia de Veloción de Taxionalidade / Nationalida/ Nacionalidade.

I<BRA026124788<330<<<<<<<< 8407199M3310115BRA<<<<<<<4 JOAO<<RAFAEL<CATUNDA<BESSA<<<<

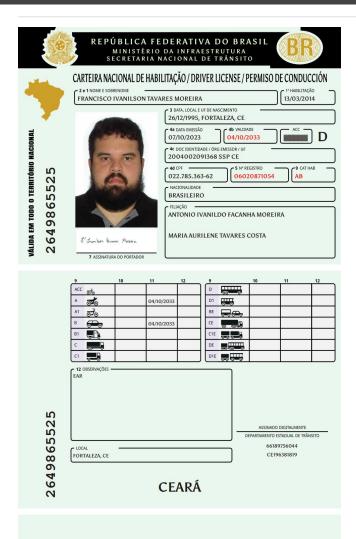
#### QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

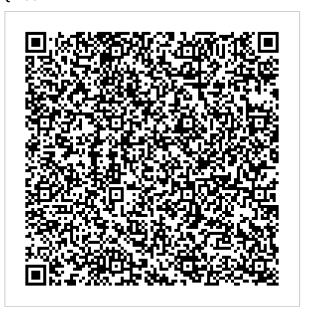
**SERPRO/SENATRAN** 



2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Sumame / Nombre y Apellidos – Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir - 3. Data e Locad de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MA/PYY/ Fecha y Lugar de Nacimiento - 4a. Data de Temissão / Susing Data ED/DMA/PYY/ Fecha de Validade / Porjarionio Date DD/MA/PYY/ Fecha de Locad de Nacimiento - 4b. Data de Validade / Porjarionio Date DD/MA/PYY / Valido Instata - A.C. - 4c. Documento Infectidade - Opis Instances / Senting Documento Instantia Authority / Documento de Edentificación - Autoridad Expedidora - 4d. CPF - 5. Número de registro da CHI / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir - 3b. Categora de Vercioso da Carteria de Habilitação / Driver Instances Lass / Categoria de Vercioso - Actionalidade / Número de Permiso de Conducir - 10. Categora de Vercioso da Carteria de Habilitação / Driver Instances Lass / Categoria de Vercioso - Actionalidade / Número de Permiso de Conducir - 10. Categora de Vercioso da Carteria de Habilitação / Driver Instances Lass / Categoria de Vercioso - Actionalidade / Número de Permiso de Conducir - 10.

I<BRA060208710<549<<<<<<<< 9512265M3310045BRA<<<<<< FRANCISCO<<IVA<TAVARES<MOREIRA

#### QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

**SERPRO/SENATRAN** 



#### **ESTADO DA PARAIBA**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DA LAGOA TAPADA CNPJ: 08.999.682/0001-08 RUA FRANCISCA TOMAZ DA SILVA Nº54 CENTRO

#### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de direito, que a empresa BRASAS DO FORRÓ COMERCIO E LOCAÇÃO DE MATERIAL – LTDA, inscrita no CNPJ sob o Nº 03.657.268/0001-99, estabelecida na Av. Siqueira Campos – 409 – Siqueira – Fortaleza – CE, prestou serviços satisfatoriamente à esta Prefeitura Municipal no Processo Licitatório modalidade – Inexigibilidade Nº 00009/2016, referente a apresentação artística realizada na festa de fim de ano de 2016 no município de São José Da Lagoa Tapada – PB, nas condições definidas em contrato, bem como nos prazos firmados.

Registramos, ainda, que a empresa cumpriu fielmente com suas obrigações, nada constando que desabone técnica e comercialmente ate presente data.

São Jose da Lagoa Tapada – PB, 29 de Dezembro de 2016.

EVILASIO FORMIGA LUCENA NETO

Prefeito Municipal



Scanned with CamScanner

#### Currículo Do Artista / Banda



A Banda BRASAS DO FORRÓ, fundada em 1982 em Fortaleza – Ceará, pelo nome de "Som 5", por possuir apenas 5 integrantes, foi idealizada pelo atual proprietário Antônio Ivanildo Façanha Moreira, popularmente conhecido como "Didi dos Brasas". Começava, naquele ano, uma história musical e ninguém poderia imaginar o que estava por vir. Tocando em bares e pequenos clubes, a banda agradava ao público com um repertório que, para a época, era totalmente inovador e diversificado. Ao passar dos anos, a banda foi ganhando espaço em festas e aumentando o número de seus integrantes, até que, em 1989, surgiu a ideia de trocar o nome da banda por Brasas do Forró.

Já por volta dos anos 90, o fundador da banda e o empresário desta época, ao escutarem diversos CD´s de outros artistas, tiveram a ideia de juntar o som que vinha do Sul do país, chamado de Vaneirão, ao Forró do Ceará, formando assim o estilo que seria conhecido por muitos como "Forroneirão", estilo esse que, em 1993, rendeu à banda o seu primeiro sucesso, intitulado "Mijador com Mijador". Começava, ali, uma carreira de sucesso.

Ao emplacar o primeiro grande sucesso, veio o primeiro CD da banda, um passo muito importante para todos que estavam vivenciando aquele momento. O CD foi o estopim para o sucesso nacional e a banda começou a fazer shows por todo Brasil, se apresentando praticamente todos os dias da semana e, muitas vezes, fazendo de 2 a 3 shows por noite, proporcionando alegria ao público fã da banda, que cantava de cor a maioria das músicas e se mostrava presente na sequência de shows da noite, saindo do primeiro show e acompanhando o ônibus da banda para a segunda, ou até mesmo para a terceira apresentação da banda.

Ao passar dos meses, o CD Vol.1 Brasas do Forró Live se esgotava nas lojas de todo Brasil, alcançando assim a marca de 50 mil cópias vendidas. Então a banda grava o CD Vol.2 Ao Vivo, trazendo os sucessos: "Pergunta sem Resposta", "Todo Tempo é Pouco Pra Te Amar", "Belo Cinquentão", "Vaneirão Apaixonado", "Eu Te Amei", entre outros, que são os maiores sucessos da banda, ao vender mais de 100 mil de cópias e ganhar o seu primeiro Disco de Ouro. Em meados da década de 90, a banda estava em sua melhor fase, onde houve a saída de um de seus vocalistas, o Toca do Vale, que deixava a banda para iniciar sua carreira solo. Ainda assim, a banda continuou suas atividades e contratou o vocalista Assum Preto.

Com a chegada do novo vocalista, a banda colheu outros bons frutos ao gravar o CD Vol.3 Ao Vivo, no ano 2000, alcançando novamente sucesso nacional com as canções "Pra Recomeçar" e "Irreverência", uma delas na voz do novo vocalista Assum Preto, dando início a mais uma maratona de shows, chegando ao disco de Platina com mais de 250 mil cópias vendidas, o que consagrou a banda no cenário musical.

Ao passar dos anos, foram gravados outros álbuns de sucesso, para que no ano de 2003, na gravação do CD 15 Anos de Sucesso, na cidade de São Luís – MA, a banda alcançasse o seu recorde de público em toda a história e marcasse recorde também na história do festival EXPOEMA, contabilizando nada mais, nada menos que 100 mil ingressos vendidos.

Ainda no ano de 2003, a banda gravou seu primeiro programa nacional, que foi o Programa do Raul Gil, exibido pela Rede Record, um marco na história da banda.

No ano de 2005 veio a gravação do 1º DVD, na cidade de Caruaru – PE, onde a banda foi uma das principais atrações do tradicional São João de Caruaru daquele ano, gravando um DVD

repleto de sucessos consagrados de sua carreira e músicas que ainda despontariam para o público no maior são joão do mundo. Dessa forma, a banda se mantinha no cenário musical nacional, chegando a mais de 15 anos de sucessos contínuos.

Em 2009, veio a gravação do 2º DVD em Recife – PE, recheado de músicas inéditas e alguns grandes sucessos, dando continuidade à longa história que estava sendo escrita.

No ano de 2011 a banda grava o 3º DVD em Campina Grande – PB, em um dos maiores festejos de São João do Nordeste, onde a banda resgatou sucessos de sua trajetória e comemorou a volta de um querido ex-vocalista, o Zé Airton, que voltava aos palcos após alguns anos afastado e que permanece na banda até os dias atuais.

Em 2014, a banda gravou seu 4º DVD em Mossoró – RN, um DVD ao vivo, repleto de sucessos de uma rica trajetória que a banda pode construir no decorrer dos anos.

No ano de 2015, a banda participa pela 2º vez do Programa Raul Gil, exibido pela SBT, cantando um novo sucesso, a música "Já Vai Tarde".

Ainda em 2015, sob o comando de seu novo gestor, a banda decide gravar um DVD histórico, o DVD intitulado "Brasas do Forró. 25 Anos de Sucesso", que teve como propósito revisitar toda a carreira da banda, reunir grandes artistas que construíram sua trajetória e entregar de volta à banda o vocalista Assum Preto, figura emblemática na história da banda. O DVD não pode deixar de ser gravado no clube Sítio Siqueira, local em que a banda lotou diversos shows em sua carreira, localizado em Fortaleza – CE, cidade natal da banda.

No ano de 2016, a banda teve diversos sucessos executados no programa Pânico na Band, exibido pelo Grupo Bandeirantes de Televisão, no quadro Master Jegue, apresentado pelo humorista cearense Tiririca.

Em 2017, a banda inicia o ano com o projeto TOP 50 Brasas do Forró Greatests Hits, um CD que reúne os 50 maiores sucessos de sua carreira, que estarão presentes em todos os shows de Brasas do Forró em 2017, visando novamente o sucesso.

Em 2018 a banda grava pela primeira vez sucessos no Acústico Imaginar, dando uma nova vida aos grandes sucessos já conhecido pelos fãs e também grava o Cd Brasas Forró & Vaquejada com sucessos para os amantes de festa de vaquejada.

2019 foi o ano da banda realizar a Turnê São Paulo , foram 8 shows realizados em diversas cidades da maior capital do país, gravamos o sucesso Fundo do Poço com a participação do artista Zé Cantor e a música Cpf do Vaqueiro com a participação de Júnior Viana.

2020 foi o ano de Pandemia da COVID 19 e realizamos a Live São João do Brasas com mais de 470mil visualizações no YouTube

2021 ainda na Pandemia da COVID 19 realizamos a Live São João Forró & Brasas com mais de 570mil Visualizações no YouTube.

2022 foi o ano de retomada, com o cantor Assum preto a frente a banda realiza depois de 2 anos, 190 shows no ano em 11meses de liberação de show;

Assim se constitui a trajetória da banda musical Brasas do Forró, possuindo 40 anos de estrada e 33 anos de sucesso, com sede em Fortaleza – Ceará, que conta com 26 integrantes, entre músicos, vocalistas e técnicos. Com mais de 25 álbuns gravados e 5 DVD's, a banda faz shows em todos os estados do Nordeste, além de RJ, SP, RR, DF, GO, AM, PA.

Nossas redes sociais:

Facebook: /BrasasdoforroOficial Instragram: @Brasasdoforro Twitter: Brasasdoforro Palco MP3: Brasas do forró Suamusica.com: /brasas

Youtube: Brasas do forró

120 Company Co		endedori	smo, da Micro	empresa e da Ei	mpresa de	Nº DO PRO	TOCOLO (Uso da	Junta Comercial)	
	eno Porte	l de Micro	empresa e En	nnresa de Peque	ano Porto				
Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte Diretoria Nacional de Registro Empresarial e Integração									
Secretaria do Desenvolvimento Econômico									
NIRE (da sede ou filial sede for em outra UF)		a Código da Natureza Nº de Matrícula do Agente Jurídica Auxiliar do Comércio							
<b>[</b>			000	Auxiliai do Comen	CIO				
2320084	8053	2	062						
1 - REQUERIMEI	1 - REQUERIMENTO								
		ILMO(	(A). SR.(A)	PRESIDENTI	E DA Junta	a Comercia	al do Estado do	Ceará	
Nome: J	BRASAS DO			LOCACAO DE N					
·	(da Empresa d	ou do Age	ente Auxiliar do	Comércio)				Nº FCN/RE	MP
requer a V.Sª o def	erimento do s	eguinte a	to:						
Nº DE CÓDIGO VIAS DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO		DESCRIÇÃO	DO ATO / EVE	NTO			CEN2	539421524
1 002	1	T	ALTERAÇÃO		1110				
1 1 332	051	1		ACAO DE CONT	RATO/ESTA	TUTO			
	2001	1		E SOCIO/ADMII					
	2018	1	CESSAO DE						
	2003	1		D DE SOCIO/AD	MINISTRADO	OR .			
		1 .	712121010711	2200.07.12					
					Popros	ontanto Lov	ral da Empresa /	Agente Auxiliar do	Comórcio:
		<u>N</u>	<u>IARACANAU</u>		-		-	_	
			Local						
		<u>2</u>	1 Março 2025		16	eleione de C	contato:		
			Data						
2 - USO DA JUN		CIAL				~			
DECISÃO SINO					DEC	CISÃO COLE	GIADA		
l —	lome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):								
∐ SIM				SIM				1	o em Ordem lecisão
								_	Data
	,				, ,				
L NAO/-	_/ Data	Poor	oonsável	∐ NÃO _	// Data		esponsável	Resp	onsável
	Jala	Kes	Julisavei		Dala	N	esponsavei		
DECISÃO SINGUL	AR				2ª Exigên	olo	28 Evigência	4ª Exigência	5ª Exigência
Processo em e	exigência. (Vic	le despac	ho em folha a	nexa)	2ª Exigen	icia	3ª Exigência	4º Exigericia	5" Exigericia
Processo defe	rido. Publique	-se e arqı	uive-se.						
Processo inde	ferido. Publiqu	ıe-se.							
								, ,	
							_	// Data	Responsável
DE010 % 0 001 E01	A.D.A							Data	Responsavei
DECISÃO COLEGI				,	2ª Exigên	ıcia	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
Processo em e				nexa)		1			
Processo deferido. Publique-se e arquive-se.					Ш	Ш	Ш		
Processo inde	Processo indeferido. Publique-se.								
	/								
	Data				Vogal		Vogal		Vogal
					Presider	nte da	Turma		
							<del>-</del>		
OBSERVAÇÕES									



Junta Comercial do Estado do Ceará

CARDOSO DE ALENCAR



#### JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ

Registro Digital

#### Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo Número do Processo Módulo Integrador Data		
25/058.857-9	CEN2539421524	21/03/2025

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
022.785.363-62	FRANCISCO IVANILSON TAVARES MOREIRA	31/03/2025
Assinado utilizando assinaturas avançadas govibr		





Junta Comercial do Estado do Ceará

## OITAVO ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL DA BRASAS DO FORRÓ COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE MATERIAL LTDA

CNPJ: 03.657.268/0001-99

Pelo presente instrumento, **FRANCISCO IVANILSON TAVARES MOREIRA**, Brasileiro, Empresário, Casado, regime de Comunhão Parcial de bens, nascido em 26/12/1995, № do CPF 022.785.363-62, CNH 06020871054 DETRAN-CE, Residente e Domiciliado na Rua Serra do Mar, 2, Parque Luzardo Viana, Maracanaú — CE, CEP 61.910-493, único sócio da sociedade limitada BRASAS DO FORRÓ COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE MATERIAL LTDA, com sede na Rua Siqueira Campos, 409, Sala 02, Siqueira, CEP 60.923-115, Maracanaú/CE, inscrita no CNPJ: 03.657.268/0001-99, registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará, sob o NIRE №23200848053, por despacho em 18/02/2000, resolvem alterar e consolidar seu contrato social conforme segue:

Cláusula primeira: Ingressa na condição de sócia, PHOENIX PARTICIPACOES E HOLDING LTDA, com sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, com sede na Av. Rui Barbosa, n° 1435, F, Bairro Aldeota, Cep: 60.115-221 com seu contrato social de constituição devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Ceará, sob N.º 2320292792-9 e inscrição no CNPJ sob o nº 56.108.153/0001-01 representada por seu administrador ALESSANDRO LANUSE SANTOS DE ARAUJO, Braileiro, Casado no regime de comunhão parcial de bens, nascido em 19/07/1977, empresário, inscrito no CPF sob nº 941.273.794-72, portador da CNH n° 02451541803 DETRANSE, residente e domiciliado na Rua Álvaro de Brito, n° 748, Bairro Jardins, apto: 101; Condomínio Mansão Terrazzo; Aracaju/SE, CEP: 49026030;

Cláusula segunda: Ingressa na condição de sócia, VALMIRIA PARTICIPACOES LTDA, com sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, com sede na Rua 1 de janeiro, nº 561, Sala G, Bairro Itaperi, CEP: 60714180 com seu contrato social de constituição devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Ceará, sob N.º 23202725901 e inscrição no CNPJ sob o nº 53.185.285/0001-49 representada por sua administradora Maria Valmiria Silva de Oliveira, brasileiro, casada em separação total de bens, nascida em 18/02/1962, empresária, portadora da carteira nacional de habilitação n° 01526428682 DETRAN/CE, inscrita no CPF sob o n° 947.829.113-00, residente e domiciliado na Avenida Litorânea 2040, n° 2040, Casa 8; Cond: Alpha. Fort. Res, Bairro: Cararu, Eusebio/CE, CEP: 61779-905;

**Cláusula terceira:** O sócio **FRANCISCO IVANILSON TAVARES MOREIRA,** já qualificado anteriormente, cede e transfere a título oneroso, suas quotas da seguinte forma:

- -20.000 (vinte mil) quotas no valor unitário de R\$ 1,00 (um real), perfazendo o montante de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) a sócia ingressante VALMIRIA PARTICIPACOES LTDA, já qualificada anteriormente.
- 5.000 (cinco mil) quotas no valor unitário de R\$ 1,00 (um real), perfazendo o montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a sócia ingressante PHOENIX PARTICIPACOES E HOLDING LTDA, já qualificada anteriormente.

**Parágrafo Único**: Em razão do presente aditivo contratual, outorgam-se, mútua e reciprocamente, as Partes (sócio cedente e sócia ingressante), a partir da assinatura deste instrumento

particular, a mais plena, rasa, irrevogável e irretratável quitação, por conseguinte não cabendo a nenhuma das Partes reclamar sobre os termos desta alteração, em juízo ou fora dele, sob

CARDOSO DE ALENCAP SECRETARIA GERAL qualquer título ou natureza, ou mesmo buscar qualquer dever reparatório por perdas e danos, porventura resultantes desta alteração.

**Cláusula quarta:** Em razão da alteração acima, o capital social permanece em R\$ 50.000,00, dividido em 50.000 (cinquenta mil) quotas no valor unitário de R\$ 1,00, subscrito e integralizado em moeda corrente nacional pelos sócios da seguinte forma:

Sócio	Participação	Quotas	Capital Social
FRANCISCO IVANILSON TAVARES MOREIRA	50%	25.000	R\$ 25.000,00
VALMIRIA PARTICIPACOES LTDA	40%	20.000	R\$ 20.000,00
PHOENIX PARTICIPACOES E HOLDING LTDA	10%	5.000	R\$ 5.000,00
Total	100%	50.000	R\$ 50.000,00

Cláusula quinta: As demais cláusulas e condições não modificadas no ato ou parcialmente por este instrumento, continuam em vigor. E por estarem em plena concordância resolvem consolidar o presente contrato social.

#### CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA BRASAS DO FORRÓ COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE MATERIAL LTDA CNPJ: 03.657.268/0001-99

Pelo presente instrumento, FRANCISCO IVANILSON TAVARES MOREIRA, Brasileiro, Empresário, Casado, regime de Comunhão Parcial de bens, nascido em 26/12/1995, № do CPF 022.785.363-62, CNH 06020871054 DETRAN-CE, Residente e Domiciliado na Rua Serra do Mar, 2, Parque Luzardo Viana, Maracanaú - CE, CEP 61.910-493; PHOENIX PARTICIPACOES E HOLDING LTDA, com sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, com sede na Av. Rui Barbosa, nº 1435, F, Bairro Aldeota, Cep: 60.115-221 com seu contrato social de constituição devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Ceará, sob N.º 2320292792-9 e inscrição no CNPJ sob o nº 56.108.153/0001-01 representada por seu administrador ALESSANDRO LANUSE SANTOS DE ARAUJO, Brasileiro, Casado no regime de comunhão parcial de bens, nascido em 19/07/1977, empresário, inscrito no CPF sob nº 941.273.794-72, portador da CNH n° 02451541803 DETRAN-SE, residente e domiciliado na Rua Álvaro de Brito, nº 748, Bairro Jardins, apto: 101; Condomínio Mansão Terrazzo; Aracaju/SE, CEP: 49026030; VALMIRIA PARTICIPACOES LTDA, com sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, com sede na Rua 1 de janeiro, nº 561, Sala G, Bairro Itaperi, CEP: 60714180 com seu contrato social de constituição devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Ceará, sob N.º 23202725901 e inscrição no CNPJ sob o nº 53.185.285/0001-49 representada por sua administradora Maria Valmiria Silva de Oliveira, brasileiro, casada em separação total de bens, nascida em 18/02/1962, empresária, portadora da carteira nacional de habilitação nº 01526428682 DETRAN/CE, inscrita no CPF sob o nº 947.829.113-00, residente e domiciliado na Avenida Litorânea 2040, n° 2040, Casa 8; Cond: Alpha. Fort. Res, Bairro: Cararu, Eusebio/CE, CEP: 61779-905; únicos sócios da sociedade limitada BRASAS DO FORRÓ COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE MATERIAL LTDA, com sede na Rua Siqueira Campos, 409, Sala 02, Siqueira, CEP 60.923-115, Maracanaú/CE, inscrita no CNPJ: 03.657.268/0001-99, registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará, sob o NIRE

CARDOSO DE ALENCAR SECRETARIA-GERAL N°23200848053, por despacho em 18/02/2000, resolvem consolidar seu contrato social conforme segue:

**Cláusula 1**<sup>a</sup> – A sociedade gira sob nome empresarial: BRASAS DO FORRÓ COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE MATERIAL LTDA.

Cláusula 2ª- Tem Sede na Rua Siqueira Campos, 409, Sala 02, Siqueira, CEP 60.923-115, Maracanaú/CE.

**Cláusula 3ª** - O capital social, já totalmente integralizado no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), divididos em 50.000 quotas, no valor unitário de R\$1,00 (um real), ficando distribuído nas seguintes proporções:

Sócio	Participação	Quotas	Capital Social
FRANCISCO IVANILSON TAVARES MOREIRA	50%	25.000	R\$ 25.000,00
VALMIRIA PARTICIPACOES LTDA	40%	20.000	R\$ 20.000,00
PHOENIX PARTICIPACOES E HOLDING LTDA	10%	5.000	R\$ 5.000,00
Total	100%	50.000	R\$ 50.000,00

Cláusula 4ª - A sociedade tem como objeto social: Produção musical, Atividades de gravação de som e de edição de música, Aluguel de imóveis próprios, Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal, instrumentos musicais, Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes e Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas

**Cláusula 5**ª - A sociedade iniciou suas atividades em 01/02/2000, e seu prazo de duração é indeterminado (art. 997, III, da Lei 10.406/2002).

Cláusula 6º - As quotas são indivisíveis e a responsabilidade do sócio único e restrita ao valor de suas quotas.

Cláusula 7ª - A administração da sociedade caberá ao sócio FRANCISCO IVANILSON TAVARES MOREIRA, podendo assinar todos os documentos de interesse da sociedade com todos os poderes que lhes reconhecer o cargo na empresa. Ficando autorizado o uso do nome empresarial pelo sócio, inclusive em avais, fianças, empréstimos ou assumir obrigações sejam em favor de quaisquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização prévia e por escrito dos outros sócios.

**Cláusula 8ª** - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas de sua administração procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial, do balanço de resultado econômico cabendo aos sócios os lucros ou perdas apuradas.

**Cláusula 9**ª - Em casos de falecimento, interdição, inabilitação e retirada de um dos sócios, não se constituirá causa para dissolução da sociedade, cabendo aos herdeiros.

Cláusula 10ª - O administrador declara, sob as penas da lei, que não se acha impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade nos termos do art. 1.011,

CARDOSO DE ALENCAR SECRETARIA-GERAL § 1º, da Lei 10.406/2002, bem como, não se acham incursos na proibição de arquivamento previsto na Lei 8.934/94.

**Cláusula 11ª** - Fica eleito o Foro desta cidade, para dirimir dúvidas ou casos omissos da presente sociedade, os quais possam surgir e não haja condições de saná-las amigavelmente.

E, assim assinam eletronicamente o presente Instrumento em 01 (uma) via para que produza os devidos efeitos legais.

Maracanaú/CE, 03 de fevereiro de 2025

Sócios:

#### FRANCISCO IVANILSON TAVARES MOREIRA

Administrador

#### PHOENIX PARTICIPACOES E HOLDING LTDA

Repres.P/ Alessandro Lanuse Santos de Araujo

#### **VALMIRIA PARTICIPACOES LTDA**

Repres.P/ Maria Valmiria Silva de Oliveira

CARDOSO DE ALENCAR SECRETARIA-GERAL



#### JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ

Registro Digital

#### **Documento Principal**

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/058.857-9	CEN2539421524	21/03/2025

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
941.273.794-72	ALESSANDRO LANUSE SANTOS DE ARAUJO	27/03/2025
Assinado utilizando	certificado digital	A

022.785.363-62	FRANCISCO IVANILSON TAVARES MOREIRA	31/03/2025
Assinado utilizando ass	naturas avançadas govbr @ III	\ //

947.829.113-00 MARIA VALMIRIA S	ILVA DE OLIVEIRA	28/03/2025
Assinado utilizando assinaturas avançadas	govbr @ Interest and the stand of the stand	/





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM Governo do Estado do Čeará Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Ceará Junta Comercial do Estado do Ceará

#### TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa BRASAS DO FORRO COMERCIO E LOCACAO DE MATERIAL LTDA, de CNPJ 03.657.268/0001-99 e protocolado sob o número 25/058.857-9 em 21/03/2025, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 7128161, em 31/03/2025. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Maria José Cysne Linhares.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Lenira Cardoso de Alencar Seraine. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucec.ce.gov.br/Portal/pages/ imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Cupa de 11000sso	Assinante(s)	
	Assinance(s)	
CPF	Nome	Data Assinatura
022.785.363-62	FRANCISCO IVANILSON TAVARES	31/03/2025
	MOREIRA	
Assinado utilizando assinaturas avançadas	govbr 🚳 🚻	

Documento Principal

	Assinante(s)	
CPF	Nome	Data Assinatura
022.785.363-62	FRANCISCO IVANILSON TAVARES MOREIRA	31/03/2025
Assinado utilizando assinaturas avançadas	govbr 🚳 🖺	\ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \
941.273.794-72	ALESSANDRO LANUSE SANTOS DE ARAUJO	27/03/2025 11:20:36
Assinado utilizando assinatura qualificada	AC SOLUTI Multipla v5	
947.829.113-00	MARIA VALMIRIA SILVA DE OLIVEIRA	28/03/2025
Assinado utilizando assinaturas avançadas	govbr 🔘 🖺	

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 31/03/2025



Documento assinado eletronicamente por Maria José Cysne Linhares, Servidor(a) Público(a), em 31/03/2025, às 15:16.



A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucec informando o número do protocolo 25/058.857-9.



Junta Comercial do Estado do Ceará



#### JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ

Registro Digital

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	
236.117.073-68	LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE	



Fortaleza. segunda-feira, 31 de março de 2025



Junta Comercial do Estado do Ceará





- palmares.pe.gov.br
- o prefeiturapalmares



□ cultura@palmares.pe.gov.br



#### **DECLARAÇÃO**

Eu, Francisco Ivanilson Tavares Moreira, portador(a) do RG: 2004002091368 e CPF 022.785.363-62, residente e domiciliado(a) a Av Padre José Holanda do Vale, nº: 600, Quadra 22 lote 02, Bairro Luzardo Viana, Município de Maracanaú CE, representante legal da Brasas do Forró Comércio e Locação de Material LTDA, DECLARO para os devidos fins, que a banda BRASAS DO FORRÓ , possui um valor mercadológico pré estabelecido em R\$: 120.000,00 (cento e vinte mil reais) em datas específicas como período de São João e Réveillon tendo em vista os seguintes fatos:

- 30 anos de sucesso, com Shows em todo o Norte, Nordeste , Centro Oeste.
  - Apresentação em Programas Nacionais de Televisão
    - Mais de 50 milhões de visualizações em aplicativos de Streaming
    - Parcerias e Músicas tocadas por diversos artistas nacionais
- Reconhecimento da população nordestina como a maior banda de vaneirão do brasil
- Visibilidade de Cerca de 1.000.000 ( Um milhão ) de seguidores em suas redes sociais

MARACANAU - CE , 22 NOVEMBRO DE 2022

Francisco Ivanilson Tavares Moreira CPF: 022.785.363-62 (REPRESENTANTE) BRASAS DO FORRÓ



A máquina quente do sucesso.

#### A PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMARES - PE

PROPONENTE: BRASAS DO FORRÓ COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE MATERIAL

LTDA (Brasas do Forró) CNPJ: 03.657.268/0001-99

1.0 - DECLARAÇÃO de não empregar menor.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente; em acatamento às disposições do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

2.0 - DECLARAÇÃO que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.0 - DECLARAÇÃO de inexistir fato impeditivo.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que inexiste até a presente data fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação na presente licitação, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores.

4.0 - DECLARAÇÃO um de não possuir no quadro societário servidor da ativa do órgão.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro societário e de funcionários, qualquer servidor

efetivo ou comissionado ou empregado da Prefeitura Municipal de Lagarto, como também em nenhum outro órgão ou entidade a ela vinculada, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias.

5.0 - DECLARAÇÃO de não utilizar trabalho degradante ou forçado. O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que não possui em sua cadeia produtiva, nos termos do Art. 1º, Incisos III e IV, e do Art. 5º,

em sua cadeia produtiva, nos termos do Art. 1º, Incisos III e IV, e do Art. 5º, Inciso III, da Constituição Federal, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

6.0 - DECLARAÇÃO de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente do cumprimento da reserva de cargo prevista na norma vigente, consoante Art. 93, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionário da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas.

- 7.0 DECLARAÇÃO de observância do limite de contratação com a Administração Pública.
- O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que, na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no presente anocalendário, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP, nos termos do Art. 4°, §§ 2° e 3°, da Lei 14.133/21.Maracanau Ce, 26 de Março de 2025

Maracanau, 26 de Agosto de 2025

Francisco Ivanilson Tavares Moreira CPF: 022.785.363-62 BANDA BRASAS DO FORRÓ CNPJ: 03.657.268/0001-99





- palmares.pe.gov.br
- © prefeiturapalmares

CONSAGRAÇÕES (INTERNET,SHOWS,CDS, SITES, ETC)

□ cultura@palmares.pe.gov.br



DE OS A OT DE JANEIRO



A PARTIR DAS

21h



# PADROEIRA



SEG. 1° JAN.

JARLY ALMEIDA

EDYR VAQUEIRO

QUA. 3 JAN.
THIAGO FREITAS
BRASAS DO FORRÓ

SEX. 5 JAN.
SÂMIA MAIA
CALCINHA PRETA
ABIEL

**+ARTISTAS DA TERRA** 

















Sítio Do Romário



## RANKING DO SÃO JOÃO 2023: NOMES DO FORRÓ E SERTANEJOS NOS PRINCIPAIS EVENTOS

Parte das agendas listadas foram divulgadas pelos artistas nas redes sociais. Para produzir este ranking foram considerados cronogramas de shows de 1º a 30 de junho de 2023 de nomes do forró e sertanejo.

A coluna também solicitou as agendas com empresários e assessorias de imprensa. Foram desconsideradas apresentações identificadas como "privadas e corporativas" 

DIÁRIO DO NORDESTE

- 1. Iguinho e Lulinha 52 shows
- 2. Limão com Mel 47 shows
- 3. Tarcísio do Acordeon 45 shows
- 4. Jonas Esticado 39 shows Cavaleiros do Forró - 39 shows
- 5. Vitor Fernandes 38 shows Brasas do Forró - 38 shows
- 6. Solange Almeida 37 shows
- 7. Zé Vaqueiro 35 shows Mastruz com Leite - 35 shows
- 8. Desejo de Menina 34 shows Thiago Aquino - 34 shows
- 9. Eric Land 33 shows
- 10. Taty Girl 32 shows

#### SITES NOTÍCIAS

https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/entretenimento/e-hit/amp/brasas-do-forro-lanca-quatro-cancoes-ineditas-escute-1.3057611

https://g1.globo.com/google/amp/pb/paraiba/sao-joao/2019/noticia/2019/06/30/sirano-and-sirino-e-brasas-do-forro-encerram-edicao-2019-do-arraia-de-cumpade-em-campina-grande.ghtml

https://oquartopoder.com/colunas/ricardo-castro/brasas-do-forro-faz-show-em-sao-luis/

https://cidadesnanet.com/news/geral/prefeito-dr-karlao-anuncia-06-atracoes-musicais-na-xvi-festa-do-caju-de-santo-antonio-de-lisboa-veja/?amp=1





- (o) prefeiturapalmares

AUTENTICAÇÃO CERTIDÕES: **BRASAS DO FORRO COMERCIO E LOCACAO DE**MATERIAL LTDA CNPJ: 03.657.268/0001-99



#### Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 09/09/2025 10:07:18

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: BRASAS DO FORRO COMERCIO E LOCACAO DE MATERIAL LTDA

CNPJ: **03.657.268/0001-99** 

#### Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU** 

Cadastro: **Licitantes Inidôneos** Resultado da consulta: **Nada Consta** 

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: CNJ

Cadastro: CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa

e Inelegibilidade

Resultado da consulta: Nada Consta

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: Portal da Transparência

Cadastro: Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas

Resultado da consulta: Nada Consta

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: Portal da Transparência

Cadastro: CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas

Resultado da consulta: Nada Consta

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



1-1 de 1 itens



Exibir: 5

## Resultado da Consulta de Certidão

 CNPJ
 Período

 03.657.268/0001-99
 24/07/2025 a 24/07/2025

 Relação das certidões emitidas por data de emissão

 Código de Controle ♦
 Tipo ♦
 Data - Hora de Emissão ♦
 Data de Validade ♦
 Situação ♦

 744A ED41.1745.8EF2
 Positiva com efeitos de negativa
 24/07/2025 - 14:00:39
 20/01/2026
 Válida

Válida: Prazo de validade da certidão ainda não vencido. A certidão pode ser utilizada em qualquer ato em que for necessária.





Página: 1

#### CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS - VALIDAÇÃO

Número da Certidão 202509714370				
O CPF (pessoas físicas)				
O CNPJ (pessoas jurídicas)				
O CGF (contribuintes do Estado do Ceará)				
CPF/CNPJ/CGF 03657268000199				
Pesquisar				
	Número da Certidão	Código do Requerente	Data da Emissão	Hora
Certidão emitida pela Procuradoria Geral do Estado do Ceará - PGE.	202509714370	3657268000199	18/07/2025	15:36:44

CONSULTAS PUBLICAS - VERSÃO - DATA:

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ (HTTPS://WWW.SEFAZ.CE.GOV.BR)

Termos de Uso | Sobre





## Situação de Regularidade do Empregador

A EMPRESA abaixo identificada está REGULAR perante o FGTS:

**Inscrição:** 03.657.268/0001-99

Razão social: BRASAS DO FORRO COMERCIO E LOCACAO DE MATERIAL LTDA ME

Nome fantasia: BRASAS DO FORRO

Resultado da consulta em 09/09/2025 10:32:59

Obtenha o Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Consulte o Histórico do Empregador



O uso destas informações para os fins previstos em lei deve ser precedido de verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



#### CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

CNPJ: 03.657.268/0001-99 Certidão nº: 42444993/2025

Expedição: 24/07/2025, às 14:01:12

Validade: 20/01/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que o CNPJ sob o nº 03.657.268/0001-99, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

Certidão expedida sem indicação do nome/razão social, tendo em vista que o CPF/CNPJ consultado não figura na última versão da base de dados da Receita Federal do Brasil - RFB enviada ao Tribunal Superior do Trabalho - TST. Para saber a situação desse CPF/CNPJ, consulte o sítio da RFB (www.receita.fazenda.gov.br).

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

#### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



# ESTADO DO CEARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE MARACANAÚ

## CERTIDÃO DE FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL (LEI 14.133/2021) (PESSOA JURÍDICA / 1º GRAU / CÍVEL)

CERTIFICA, a requerimento da parte interessada, que consultando nos Sistemas Informatizados do Serviço de Distribuição desta Comarca, em relação ao(s) Polo(s) PASSIVO OU ATIVO, dos processos de Natureza Cível, EM TRÂMITE, verificou NADA CONSTAR, em nome de BRASAS DO FORRO COMERCIO E LOCACAO DE MATERIAL LTDA - ME, CNPJ n° 03.657.268/0001-99.

CERTIFICA que, esta certidão só é válida por 30 (trinta) dias, a contar da data de sua emissão

O referido é verdade e dou fé.

#### **MARACANAÚ**

Segunda-feira, 1 de Setembro de 2025 às 14:34:30

#### Observações:

- a) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário:
- b) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada conforme informações no rodapé;
- c) a consulta inclui as seguintes classes: FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL;
- d) esta certidão é expedida nos termos da Resolução 13/2019, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.





**→)** Entrar

## Bem-vindo ao sistema de Certidões da Controladoria-Geral da União

Serviço automatizado para emitir ou validar certidões negativas referentes a punições vigentes contidas nos Sistemas Correcionais (ePAD, CGU-PAD, CGU-PJ e Banco de Sanções) e nos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, bem como de procedimentos acusatórios em andamento em desfavor do ente privado ou agente público consultado.

Dúvidas ou dificuldades na emissão de certidões? Clique aqui.

Para mais informações, acesse a página de apoio ao Sistema de Certidões.

desejada <b>@</b>				
Ą	nte Privado (Ex.: Uso em licitações) gente Público (Ex.: Processos disciplinares rrecionais)			
ele	ecione a(s) Certidão(ões) desejada(s)			
	Título da Certidão	Detalhar Certidão		
	Certidão Negativa Correcional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)			
	CNPJ:			

## Validar certidão

Código da certidão:

IRAM71TDR1ATtP1Tw1

## Confirma a emissão de Certidão Negativa Correcional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

A Certidão foi emitida para este interessado nos seguintes termos:

Nome BRASAS DO FORRO COMERCIO E LOCACAO DE MATERIAL LTDA

completo:

**CPF / CNPJ:** 03.657.268/0001-99

Descrição:

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO** 

**CONSTAM** registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, relativos ao CPF/CNPJ consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os <u>Sistemas ePAD e CGU-PJ</u> consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O <u>Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)</u> apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O <u>Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)</u> apresenta a relação de empresas que sofreram quaisquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O <u>Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas</u>
(<u>CEPIM</u>) apresenta a relação de entidades privadas sem fins
lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios,
contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração
Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em
convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados
anteriormente.

Certidão emitida em 02/09/2025 11:34:03, com validade até 02/10/2025.

#### **REDES SOCIAIS**

#### INFORMAÇÃO AO CIDADÃO

Institucional
Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)
Portal da transparência

#### **CONTATO**

Fale Conosco



